

Por que moradores  
de favelas aprovam  
ou reprovam

# operações policiais com confronto armado?

Esta pesquisa foi realizada em quatro grandes conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro: Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha. Ouvindo 79 moradores em oito grupos focais e 4.080 moradores por meio de entrevistas estruturadas, buscou lançar luz sobre a vivência e opinião de pessoas diretamente impactadas pelo modelo de operação policial que se tornou recorrente no país, compreendendo suas percepções e sentimentos, pontos de crítica e desejos de mudanças.

CHACI  
NA PENHA  
e  
PX



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> . . . . .	12
<b>I - Metodologia</b> . . . . .	16
1. Desenho geral da pesquisa e abordagem metodológica . . . . .	17
2. Etapa qualitativa: grupos focais . . . . .	17
3. Etapa quantitativa: amostra com entrevistas estruturadas . . . . .	18
3.1. Universo da pesquisa e tamanho da amostra . . . . .	18
3.2. Método de seleção da amostra. . . . .	18
3.2.1. Estratos geográficos e ponderação dos resultados . . . . .	19
3.2.2. Seleção por cotas . . . . .	22
3.3. Expansão da amostra e precisão dos resultados . . . . .	25
3.4. Período de coleta e tamanho da equipe. . . . .	26
4. Limites e potencial analítico . . . . .	27
5. Princípios éticos e construção do campo . . . . .	28
6. Articulação entre dados quantitativos e qualitativos. . . . .	28

## **SUMÁRIO**

<b>II - Perfil da amostra</b> . . . . .	30
7. Composição da Amostra . . . . .	31
7.1. Por faixa etária. . . . .	31
7.2. Por gênero . . . . .	33
7.3. Por cor ou raça . . . . .	35
7.4. Por escolaridade . . . . .	38
7.5. Por religião . . . . .	39
7.6. Por situação da ocupação . . . . .	41
7.7. Por necessidade de circulação. . . . .	42
7.8. Por tempo de moradia . . . . .	43
7.9. Por presença de crianças e jovens no domicílio. . . . .	44
<b>III - Resultados da questão primária</b> . . . . .	46
<b>EIXO 1: Posicionamento frente às operações policiais</b> . . . . .	47
8. Posicionamento em relação às operações policiais com confronto armado . . . .	47
9. Variações sociais do posicionamento . . . . .	50
9.1. Por faixa etária. . . . .	50
9.2. Por gênero . . . . .	52
9.3. Por cor ou raça . . . . .	53
9.4. Por escolaridade . . . . .	55
9.5. Por religião . . . . .	56
9.6. Por situação da ocupação . . . . .	57
9.7. Por necessidade de circulação. . . . .	58
9.8. Por tempo de moradia . . . . .	59
9.9. Por presença de crianças e jovens no domicílio. . . . .	60
10. Experiência concreta, ameaça e produção dos sentimentos. . . . .	62
11. Influências que contribuem para o posicionamento . . . . .	65

<b>IV - Resultados das questões subsidiárias</b> . . . . .	68
<b>EIXO 2: Vivências durante as operações policiais</b> . . . . .	69
12. Universalização da experiência das operações policiais . . . . .	69
13. Impactos cotidianos e estruturais . . . . .	71
13.1. Controle da mobilidade. . . . .	72
13.2. Violação do espaço doméstico. . . . .	72
13.3. Exposição à violência armada . . . . .	72
13.4. Intensidade diferencial da experiência. . . . .	74
13.5. Violência grave e horizonte de risco de letalidade . . . . .	75
13.6. A ausência de impacto como dado minoritário . . . . .	76
14. Vivência cotidiana, medo e estratégias de sobrevivência. . . . .	79
<b>EIXO 3: Sensação de insegurança, medo e clima emocional.</b> . . . . .	81
15. Indignação ou revolta e medo com a atuação da polícia durante as operações. . . . .	81
15.1. Indignação ou medo com a atuação da polícia durante as operações segundo o posicionamento . . . . .	82
16. O que produz indignação ou medo com a atuação da polícia durante as operações. . . . .	84
17. Indignação ou revolta e medo em relação aos traficantes . . . . .	86
17.1. Indignação ou medo com a atuação dos traficantes segundo o posicionamento. . . . .	86
18. O que produz indignação na atuação dos grupos civis armados. . . . .	88

# **SUMÁRIO**

<b>EIXO 4: Legitimidade, moralidade e efeitos das operações policiais . . . . .</b>	<b>91</b>
19. Reconhecimento de ilegalidades: um consenso transversal. . . . .	92
20. Julgamento moral: rejeição quase absoluta dos abusos . . . . .	93
21. Letalidade: o núcleo da ambivalência . . . . .	94
22. Modelo de operação: reprovação estrutural . . . . .	96
23. Efeito concreto: segurança das famílias . . . . .	98
24. Limite da violência extrema . . . . .	100
25. Responsabilização política. . . . .	102
26. A lei do silêncio . . . . .	104
27. Racismo e discriminação nas operações policiais. . . . .	105
27.1. Seletividade, desigualdade e experiência. . . . .	106
27.2. Ampliação da leitura: discriminação territorial e social . . . . .	107
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . . .</b>	 <b>108</b>

# ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Tamanho do universo, tamanho da amostra e peso amostral . . . . .	21
<b>Quadro 2:</b> Distribuição das entrevistas conforme os estratos geográficos e as cotas de localidade de residência, gênero e faixa etária . . . . .	24
<b>Quadro 3:</b> Composição da amostra por Faixa etária, total e por território. . . . .	32
<b>Quadro 4:</b> Composição por Faixa etária — Amostra, Favelas e Comunidades Urbanas da cidade do Rio de Janeiro e cidade do Rio de Janeiro . . . . .	32
<b>Quadro 5:</b> Composição da amostra por Gênero, total e por território . . . . .	33
<b>Quadro 6:</b> Composição por Gênero — Amostra, Favelas e Comunidades Urbanas da cidade do Rio de Janeiro e cidade do Rio de Janeiro . . . . .	33
<b>Quadro 7:</b> Composição da amostra por Cor ou raça, total e por território . . . . .	37
<b>Quadro 8:</b> Composição por Cor ou raça — Amostra, Territórios Pesquisados, Favelas e Comunidades Urbanas da cidade do Rio de Janeiro e cidade do Rio de Janeiro . . . . .	37
<b>Quadro 9:</b> Composição da amostra por Autoidentificação como pessoa negra, total e por território . . . . .	37
<b>Quadro 10:</b> Composição da amostra por Nível de Instrução, total e por território . . . . .	38
<b>Quadro 11:</b> Composição por Nível de Instrução — Amostra e cidade do Rio de Janeiro . . . . .	38
<b>Quadro 12:</b> Composição da amostra por Religião, total e por território . . . . .	40
<b>Quadro 13:</b> Composição da amostra por Religião — Amostra e cidade do Rio de Janeiro . . . . .	40
<b>Quadro 14:</b> Composição da amostra por Situação da ocupação, total e por território . . . . .	41
<b>Quadro 15:</b> Composição da amostra por Necessidade de sair de casa para compromissos cotidianos, total e por território. . . . .	42
<b>Quadro 16:</b> Composição da amostra por Tempo de moradia nos territórios . . . . .	43
<b>Quadro 17:</b> Composição da amostra por Presença de moradores com idade entre 0 e 21 anos no domicílio . . . . .	44

# ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território? . . . . .	49
<b>Tabela 2:</b> [respostas agregadas] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território? . . . . .	49
<b>Tabela 3:</b> [por faixa etária] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território? . . . . .	51
<b>Tabela 4:</b> [por gênero] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território? . . . . .	52
<b>Tabela 5:</b> [por cor ou raça] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território? . . . . .	54
<b>Tabela 6:</b> [por escolaridade] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território? . . . . .	55
<b>Tabela 7:</b> [por religião] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território? . . . . .	56
<b>Tabela 8:</b> [por situação da ocupação] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território? . . . . .	57
<b>Tabela 9:</b> [por ter necessidade de sair de casa para compromissos cotidianos] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território? . . . . .	58
<b>Tabela 10:</b> [por tempo de moradia] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território? . . . . .	59
<b>Tabela 11:</b> [por presença de moradores com idade até 21 anos] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território? . . . . .	60
<b>Tabela 12:</b> Alguma situação ou sentimento grave de ameaça, de perda ou de medo contribuiu para o seu posicionamento atual em relação às operações policiais? . . . . .	63
<b>Tabela 13:</b> Você disse que considera que uma situação grave de ameaça, de perda ou de medo contribuiu para o seu posicionamento em relação às operações. Quais foram esses acontecimentos? . . . . .	64

<b>Tabela 14:</b> Algum discurso de políticos ou de partidos políticos contribuiu para o seu posicionamento atual em relação às operações policiais? . . . .	65
<b>Tabela 15:</b> Alguma ONG ou grupos e instituições que fazem trabalho social no território contribuiu para o seu posicionamento atual em relação às operações policiais? . . . . .	66
<b>Tabela 16:</b> Sua religião ou algum grupo religioso contribuiu para o seu posicionamento atual em relação às operações policiais? . . . . .	66
<b>Tabela 17:</b> Você ou alguém da sua família vivenciou alguma operação policial no território? . . . . .	71
<b>Tabela 18:</b> Durante a operação policial, você ou alguém da sua família foi afetado por algum dos atos que vou mencionar? . . . . .	78
<b>Tabela 19:</b> Sente “indignação ou revolta” com a atuação da polícia nas operações no território? . . . . .	83
<b>Tabela 20:</b> E sente “medo” da atuação da polícia nas operações no território? . . . . .	83
<b>Tabela 21:</b> O que te deixa com “indignação, revolta ou medo” na atuação da polícia durante as operações?. . . . .	85
<b>Tabela 22:</b> Sente “indignação ou revolta” com a atuação dos traficantes de drogas no território? . . . . .	87
<b>Tabela 23:</b> E sente “medo” da atuação dos traficantes de drogas no território? . . . . .	88
<b>Tabela 24:</b> O que te deixa com “indignação, revolta ou medo” na atuação dos traficantes de drogas? . . . . .	89

## **ÍNDICE DE TABELAS**

<b>Tabela 25:</b> Acha que a polícia comete excessos e ilegalidades durante as operações? . . . . .	93
<b>Tabela 26:</b> Em relação aos excessos e ilegalidades que ocorrem durante as operações policiais, com qual afirmativa mais concorda? . . . . .	94
<b>Tabela 27:</b> Quando ocorrem mortes durante as operações policiais, com qual afirmativa concorda? . . . . .	95
<b>Tabela 28:</b> Acha que as operações policiais que acontecem nas favelas do Rio de Janeiro precisam continuar a ser realizadas da forma como acontecem? . . . . .	97
<b>Tabela 29:</b> Pensando em proteção e segurança da sua família, acha que as operações policiais... . . . . .	99
<b>Tabela 30:</b> Acha que operações policiais de grande porte, como a que aconteceu no Complexo da Penha/Alemão, que resultou na morte de 117 suspeitos, precisam acontecer outras vezes em mais favelas da cidade? . . . . .	100
<b>Tabela 31:</b> Na sua opinião, as operações policiais nas favelas são responsabilidade de qual governo: do Presidente Lula, do Governador Cláudio Castro ou do Prefeito Eduardo Paes? . . . . .	103
<b>Tabela 32:</b> Sente medo de expressar sua opinião sobre segurança pública na favela com amigos e vizinhos? . . . . .	104
<b>Tabela 33:</b> Acha que há racismo no modo como são planejadas e realizadas as operações policiais nas favelas? . . . . .	105
<b>Tabela 34:</b> [somente pessoas que se sentem com identidade negra] Acha que há racismo no modo como são planejadas e realizadas as operações policiais nas favelas? . . . . .	106
<b>Tabela 35:</b> E percebe algum outro tipo de preconceito ou discriminação na atuação da polícia durante as operações nas favelas? . . . . .	108

**REALIZAÇÃO**

**redes da maré**

**APOIO**

**OPEN SOCIETY FOUNDATIONS**

**FORD FOUNDATION**

Descubra quais são os seus direitos em relação a Redes da Maré no Zap: **924-6462**

Aponte a câmera do seu celular para o código:



[redesdamare.org.br](http://redesdamare.org.br)  
+55 21 99924-6462  
[juridico@redesdamare.org.br](mailto:juridico@redesdamare.org.br)

@redesdamare  
/redesdamare  
@redesdamare


→ Rua Sargento Silva Nunes, 1012 - Nova Holanda  
→ Via A1, S/N (ao lado do CIEP Gustavo Capanema) -

**redes da maré**

**Somos da Maré. Temos direitos!**

JUNTOS PODEMOS TRABALHAR POR UMA FAVELA COM DIREITOS. VAMOS?

Somos da Maré. Temos direitos!



# Apresentação



A pesquisa “Por que moradores de favelas aprovam ou reprovam operações policiais com confronto armado?” foi desenvolvida em um contexto marcado pela intensificação de operações policiais em territórios populares do Rio de Janeiro. Logo após a ação das polícias do Estado do Rio de Janeiro nos complexos da Penha e do Alemão, no dia 28 de outubro de 2025, que deixou 122 mortos, proliferaram pesquisas de opinião para mensurar a aprovação ou reprovação daquela ação. Em sua maioria, tais iniciativas assumiram a forma de enquetes rápidas, realizadas no calor dos acontecimentos e fortemente atravessadas por narrativas em disputa, oferecendo pouca apreensão das experiências concretas que estruturam os posicionamentos dos sujeitos.

Na tentativa de superar a mera quantificação de reações momentâneas de aprovação ou reprovação, é que esta pesquisa foi desenvolvida, partindo do reconhecimento de que a compreensão das percepções dos moradores não pode ser reduzida a opiniões dicotômicas ou descontextualizadas. Por isso, o eixo orientador do estudo foi o de que os posicionamentos produzidos nos territórios são heterogêneos e processuais, atravessados por experiências concretas, trajetórias individuais e coletivas, formas de inserção comunitária e mediações institucionais e simbólicas que organizam a vida social. Deste modo, a opinião pública é uma construção de sentidos – plural e diversos, inscritos em temporalidades distintas e em condições de existência marcadas por desigualdades estruturais e dinâmicas territoriais – que não é captada em levantamentos quantitativos imediatos.

A pesquisa foi realizada em quatro grandes conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro – Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha. Na etapa qualitativa, foram realizados oito grupos focais, somando a participação de 79 moradores. Na etapa quantitativa, foram realizadas entrevistas estruturadas presenciais com 4.080 moradores.

Segundo dados do Instituto Fogo Cruzado, essas quatro localidades somam 11% de todos os tiroteios registrados em ações policiais na cidade do Rio de Janeiro desde 2017 e, também, 19% de todos os baleados nessas ocasiões. Uma pessoa que mora, por exemplo, na Maré conviveu com 92 operações policiais entre 2023 e 2025 – média superior a 30 operações por ano. Ao privilegiar a escuta de sujeitos diretamente impactados pelas operações policiais, o presente estudo buscou acessar dimensões da vida cotidiana – tais como as restrições à circulação, as reconfigurações no uso dos espaços públicos e as interrupções nas rotinas de trabalho e cuidado – e associá-las aos efeitos que produzem sobre as percepções de segurança ou insegurança.

Proposta pela Redes da Maré e conduzida em parceria com Frente Penha, Instituto Raízes em Movimento, Instituto Papo Reto, Fala Roça e A Rocinha Resiste, a pesquisa articulou diferentes experiências e inserções nos respectivos territórios. Isso mobilizou conhecimentos já acumulados e, ao mesmo tempo, produziu avanços na mensuração dos diferentes posicionamentos com rigor analítico e ampla representatividade empírica nas favelas estudadas.

Longe de se configurar como uma simples enquete, o estudo foi estruturado com a finalidade de produzir uma compreensão mais consistente dos sentidos atribuídos às operações policiais. Para tal, além do perfil demográfico e dos marcadores sociais, foram investigados outros aspectos associados ao posicionamento dos participantes da pesquisa, como as motivações e influências que contribuíram para sua construção, os pontos de crítica, o desejo de mudanças, os sentimentos e sensações tensionados e as contradições intrínsecas às percepções produzidas. Neste caminho, os moradores, sujeitos de experiência, foram reconhecidos como interlocutores qualificados para a avaliação da política de segurança baseada nas operações com confronto armado.

O presente relatório é uma primeira tentativa de percorrer todas as variáveis levantadas na pesquisa. Porém, um único relatório é pouco para a exaustão das possibilidades de análise. Outros filtros e cruzamentos de respostas são necessários e poderão revelar inúmeros achados e compreensões que não foram abordados aqui. Neste sentido, os dados ainda devem ser vastamente explorados, tanto pelas organizações autoras da pesquisa quanto por colaboradores independentes que venham a se interessar por eles.

Os resultados estão organizados em quatro eixos. O primeiro analisa o posicionamento dos moradores frente às operações: quem concorda ou discorda e o que explica essa diferença. O segundo examina as vivências concretas durante as operações: o que acontece quando a polícia entra no território. O terceiro investiga o clima emocional produzido pelas operações: o medo e a indignação que elas geram, tanto em relação à polícia quanto aos grupos armados. O quarto discute a legitimidade e a moralidade das operações: como os moradores julgam os abusos, a alta letalidade e o racismo que as atravessam.

Espera-se que os resultados do estudo contribuam para responder às necessidades e aspirações desses cidadãos e que, conseqüentemente, possam subsidiar o planejamento e a avaliação de futuras intervenções nesses territórios, tanto no campo da Segurança Pública quanto em outras políticas intersetoriais complementares. Ao incorporar essa perspectiva, busca-se uma compreensão mais consistente das relações entre políticas de segurança e vida cotidiana, ampliando as bases para a formulação de respostas públicas mais adequadas aos contextos territoriais.



**BRASIL**



# I. Metodologia

# 1. Desenho geral da pesquisa e abordagem metodológica

A pesquisa foi estruturada a partir de uma abordagem metodológica mista, articulando etapas qualitativa e quantitativa de forma complementar. Esse desenho buscou combinar aprofundamento interpretativo e abrangência empírica, permitindo compreender não apenas os posicionamentos dos moradores, mas também os sentidos, experiências e mediações que os constituem.

Um aspecto central do estudo foi sua condução por organizações com atuação territorial direta — Redes da Maré, Frente Penha, Instituto Raízes em Movimento, Instituto Papo Reto, Fala Roça e A Rocinha Resiste. Essas organizações participaram ativamente de todas as etapas do processo, incluindo a definição do desenho da pesquisa, a elaboração dos instrumentos de coleta, a mobilização dos participantes e a realização do trabalho de campo, o que garantiu que a pesquisa fosse construída a partir dos próprios territórios.

Esse arranjo conferiu ao estudo um caráter situado, ancorado em relações de confiança e em um conhecimento acumulado das dinâmicas locais, fortalecendo a qualidade da escuta, a aderência dos instrumentos às realidades investigadas e a legitimidade dos resultados produzidos.

## 2. Etapa qualitativa: grupos focais

A primeira fase da pesquisa consistiu na realização de oito grupos focais, sendo dois em cada território – Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha, entre os dias 29 de novembro e 13 de dezembro de 2025. Ao todo, os grupos reuniram 79 moradores e moradoras adultos diretamente afetados pelas operações policiais com confronto armado.

Os grupos focais foram concebidos como espaços de diálogo e reflexão, nos quais os participantes puderam compartilhar experiências, percepções e interpretações sobre temas como violência, proteção, medo, perda, uso dos espaços públicos, transformações territoriais e relações com instituições. Essa escuta coletiva permitiu compreender, de forma aprofundada, como os moradores atribuem sentido às operações policiais, superando respostas simplificadas de aprovação ou reprovação. Também possibilitou captar a diversidade de experiências e a especificidade de cada território, considerando suas trajetórias históricas, dinâmicas locais e diferentes configurações de políticas de segurança, como a presença da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) ou das Forças Armadas.

A etapa qualitativa desempenhou um papel central na construção da quantitativa, subsidiando a definição de temas relevantes, a elaboração das variáveis e a formulação de perguntas mais precisas, contextualizadas e sensíveis às realidades locais. A maior parte dos achados principais dos grupos focais compôs o questionário do *Survey*, a fim de ser mensurada sua prevalência na população amostral.

## **3. Etapa quantitativa: amostra com entrevistas estruturadas**

### **3.1. Universo da pesquisa e tamanho da amostra**

A população ou universo de uma pesquisa é o conjunto de todos os indivíduos a serem estudados. Neste estudo, o universo foi a população de residentes maiores de 18 anos de idade em quatro grandes conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro – Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha.

A amostra quantitativa foi composta por 4.080 entrevistas, distribuídas de forma igualitária entre os quatro territórios, com 1.020 entrevistas em cada um. Os limites territoriais de cada território foram indicados pelas organizações locais responsáveis pela pesquisa.

### **3.2. Método de seleção da amostra**

A pesquisa foi realizada por amostragem não probabilística, combinando a amostra por estratos geográficos e a seleção por cotas. Os estratos geográficos foram os territórios de referência – Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha. A seleção por cotas, dentro de cada estrato geográfico, foi orientada por perfis de localidade de residência, sexo e faixa etária.

### **3.2.1. Estratos geográficos e ponderação dos resultados**

A estratificação geográfica é um procedimento de amostragem que assegura um tamanho de amostra adequado em todas as áreas geográficas de interesse - independentemente da representatividade numérica de sua população dentro do conjunto pesquisado - a fim de que os resultados obtidos em cada uma delas tenham precisão estatística semelhante. Isso permite comparações consistentes, tanto internas quanto entre as áreas.

Entretanto, como os estratos geográficos possuem tamanhos populacionais distintos, não convém que a geração de resultados para todo o conjunto seja por médias aritméticas simples, o que produz distorções na representação de cada estrato, seja superestimando os menos populosos seja subestimando os mais populosos. Assim, para considerar a representatividade numérica de cada um no agregado dos quatro territórios, o resultado total deve ser obtido por média aritmética ponderada.

A média aritmética ponderada calcula o valor médio de dados atribuindo pesos diferentes a cada valor. Os pesos, portanto, são os fatores de ponderação da média e correspondem à representatividade proporcional da população de cada estrato amostral. Os resultados assim agregados refletem uma distribuição da população adulta mais aproximada da realidade dos territórios.

Na presente pesquisa, o peso foi determinado com base no tamanho da população pesquisada em cada estrato geográfico. Portanto, o peso de cada território equivale à proporção do conjunto de seus elementos (tamanho da população) em relação ao universo, de modo que a soma dos pesos seja igual a 1, e foi obtido pelo quociente entre a população do território (estrato geográfico) e a população total (universo):

$$p_i = \frac{N_i}{N_t}$$

Onde:

$p_i$  = peso de cada estrato

$N_i$  = população de cada estrato

$N_t$  = população do universo

Conhecido o peso de cada estrato, a média aritmética ponderada é o somatório do produto de cada valor pelo seu peso, dividido pelo somatório dos pesos. Assim, este cálculo pode ser descrito em notação matemática da seguinte forma:

**Fórmula geral**

$$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^4 x_i \cdot w_i}{\sum_{i=1}^4 w_i}$$

ou

**Fórmula expandida**

$$\bar{x} = \frac{x_1 \cdot w_1 + x_2 \cdot w_2 + x_3 \cdot w_3 + x_4 \cdot w_4}{w_1 + w_2 + w_3 + w_4}$$

Onde:

$\bar{x}$  = média aritmética ponderada

$x_i$  = valor de cada estrato

$w_i$  = peso de cada estrato

Para o desenho da amostra, o tamanho populacional de referência foi o registrado pelo Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O universo da pesquisa corresponde a todos os habitantes maiores de 18 anos de idade – representando a população adulta – dos quatro territórios mencionados: Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha.

O Censo Demográfico de 2022 apontou um total de 281.333 habitantes neste conjunto geográfico. Considerando somente os maiores de 18 anos, a população pesquisada somou 208.664 residentes.

A Maré, com 91.696 residentes maiores de 18 anos de idade, foi o estrato geográfico com a maior população pesquisada. A segunda maior estava na Rocinha, com 54.638 residentes adultos. Na sequência, estavam o Complexo do Alemão e o Complexo da Penha, com populações de 33.312 e 29.018 habitantes maiores de 18 anos, respectivamente.

O quadro abaixo mostra o número total de habitantes, o tamanho da população maior de 18 anos, o peso amostral do estrato geográfico, o número de pessoas entrevistadas e quantos habitantes adultos cada pessoa entrevistada representa no universo:

**Quadro 1:** *Tamanho do universo, tamanho da amostra e peso amostral*

<b>Território</b>	<b>Nº de habitantes</b>	<b>Universo da pesquisa: população maior de 18 anos (= N)</b>	<b>Nº de entrevistados (= n)</b>	<b>peso da entrevista (= w)</b>	<b>Representatividade da pessoa entrevistada</b>
Complexo do Alemão	45.798	33.312	1.020	0,1596442	32,6588235294118
Complexo da Penha	38.682	29.018	1.020	0,1390657	28,4490196078431
Maré	124.832	91.696	1.020	0,4394433	89,8980392156863
Rocinha	72.021	54.638	1.020	0,2618468	53,5666666666667
<b>Total geral</b>	<b>281.333</b>	<b>208.664</b>	<b>4.080</b>	<b>1,0000000</b>	<b>—</b>

Nota: A população representada corresponde ao número de residentes maiores de 18 anos segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE.

## 3.2.2. Seleção por cotas

A seleção por cotas parte da enumeração dos elementos da população da amostra segundo grupos ou classes, de forma que cada elemento pertença a uma e somente uma classe. Cada grupo ou classe possui um determinado número de entrevistas a ser alcançado, número este chamado de cota. Este método tem a propriedade de assegurar a representação amostral dos grupos escolhidos de forma aproximada ao universo conhecido, então, admitido como real. Para a seleção por cotas, são executadas as seguintes etapas:

**a)** Definição do tamanho da amostra, isto é, do número de entrevistas a ser alcançado. Neste estudo, foi definido um total de 1.020 entrevistas em cada território (estrato geográfico), de modo a permitir comparações entre grupos etários, raciais, de gênero, de escolaridade, de afiliação religiosa, de tempo de moradia etc., com baixa variância amostral. Assim, o tamanho da amostra foi de 4.080 pessoas entrevistadas.

**b)** Escolha das características (variáveis) que definem as cotas. Nesta pesquisa, as características escolhidas foram localidade de moradia, gênero e idade da pessoa entrevistada.

**c)** Levantamento da composição conhecida, presumida ou estimada da população segundo as características escolhidas para a definição das cotas.

**c.1)** Para a localidade de moradia, as organizações realizadoras definiram áreas para os respectivos territórios, compatibilizando seus limites com a malha de setores censitários do Censo Demográfico de 2022, do IBGE. O Complexo do Alemão teve cinco áreas, os territórios da Maré e da Rocinha tiveram quatro áreas cada e o Complexo da Penha teve três áreas.

**c.2)** Para as cotas de gênero, foram consideradas duas classes: mulheres e homens. As pessoas trans foram contabilizadas na composição das respectivas cotas. As pessoas que se declaram não binárias, tiveram suas respostas contabilizadas somente no resultado geral.

**c.3)** Para as cotas de idade, foram consideradas quatro faixas etárias: 18 a 29 anos; 30 a 49 anos; 50 a 69 anos; 70 ou mais anos.

**d)** Enumeração do tamanho de cotas para a seleção da amostra, segundo as características consideradas, formando conjuntos proporcionais à composição da população. A fonte para o levantamento dos dados foi o Censo Demográfico de 2022, do IBGE.

Por fim, os pesquisadores de campo escolhem os entrevistados que estão dentro do perfil da pesquisa, até completarem as cotas definidas. Neste estudo, além das cotas, foram determinadas algumas regras e vetos para a seleção:

- nenhum(a) pesquisador(a) de campo pôde entrevistar pessoa que conhecesse;
- somente uma pessoa por domicílio pôde ser entrevistada;
- não foram aceitas indicações de outra pessoa entrevistada ou conhecida;
- o(a) mesmo(a) pesquisador(a) de campo não pôde entrevistar pessoa que soubesse ter parentesco de 1º ou 2º grau com outra pessoa que tenha sido entrevistada.

**Com este desenho amostral, a amostra de 4.080 pessoas teve a seguinte distribuição de entrevistas:**

**Quadro 2:** Distribuição das entrevistas conforme os estratos geográficos e as cotas de localidade de residência, gênero e faixa etária

Território	Homem				Mulher				Não binário		Total Geral
Área	18-29 anos	30-49 anos	50-69 anos	70 ou mais	18-29 anos	30-49 anos	50-69 anos	70 ou mais	18-29 anos	30-49 anos	
<b>Complexo do Alemão</b>	<b>148</b>	<b>179</b>	<b>121</b>	<b>30</b>	<b>150</b>	<b>204</b>	<b>145</b>	<b>41</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1.018</b>
Área 1	38	41	27	6	34	45	32	9	-	-	232
Área 2	5	4	3	2	4	6	3	2	-	-	29
Área 3	38	50	38	8	43	57	41	11	-	-	286
Área 4	62	76	48	13	64	88	63	17	1	1	433
Área 5	5	8	5	1	5	8	6	2	-	-	40
<b>Complexo da Penha</b>	<b>124</b>	<b>183</b>	<b>119</b>	<b>29</b>	<b>143</b>	<b>215</b>	<b>156</b>	<b>51</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.020</b>
Área 1	19	36	23	5	25	38	27	8	-	-	181
Área 2	60	83	59	15	66	102	75	26	-	-	486
Área 3	45	64	37	9	52	75	54	17	-	-	353
<b>Maré</b>	<b>159</b>	<b>230</b>	<b>88</b>	<b>16</b>	<b>167</b>	<b>231</b>	<b>102</b>	<b>24</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>1.020</b>
Área 1	54	81	27	4	58	80	32	7	-	-	343
Área 2	25	36	19	4	26	39	22	6	-	-	177
Área 3	69	93	34	7	70	91	39	8	3	-	414
Área 4	11	20	8	1	13	21	9	3	-	-	86
<b>Rocinha</b>	<b>162</b>	<b>216</b>	<b>78</b>	<b>21</b>	<b>160</b>	<b>232</b>	<b>122</b>	<b>28</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1.020</b>
Área 1	40	54	15	5	36	59	33	6	-	-	248
Área 2	33	33	14	4	40	44	24	8	-	-	200
Área 3	47	63	22	7	42	60	34	6	-	-	281
Área 4	42	66	27	5	42	69	31	8	1	-	291
<b>Total Geral</b>	<b>593</b>	<b>808</b>	<b>406</b>	<b>96</b>	<b>620</b>	<b>882</b>	<b>525</b>	<b>144</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>4.080</b>

Nota: As pessoas cis e trans, homens ou mulheres, foram contabilizadas na composição das respectivas cotas. As pessoas que se declaram não binárias tiveram suas respostas contabilizadas somente no resultado geral.

### 3.3. Expansão da amostra e precisão dos resultados

Os métodos probabilísticos baseiam-se na seleção aleatória da amostra, garantindo que todos os indivíduos da população tenham a mesma chance de serem escolhidos. Por essa razão, são os únicos que permitem generalizações para o universo com nível de confiança e margem de erro conhecidos.

Entretanto, quando a seleção aleatória não é viável — seja pela ausência de cadastro da população-alvo seja por limitações de tempo e recursos — recorre-se a métodos não probabilísticos. Entre eles, destaca-se a amostragem por cotas, adotada nesta pesquisa. Nesse caso, como não há aleatoriedade na seleção, não é possível calcular o erro amostral das estimativas obtidas.

Esse método, além de impedir a definição formal do nível de confiança e da margem de erro, aumenta as chances de vieses na coleta de dados. Todavia, quando conduzido com rigor metodológico e com amostras de tamanho expressivo, um método não probabilístico pode alcançar níveis de representatividade semelhantes aos probabilísticos. Seu principal limite, porém, continuará sendo a impossibilidade de comprovação estatística dessa representatividade, o que exige cautela na generalização dos resultados. Assim, a validade dos resultados para além do grupo efetivamente amostrado — ou seja, a inferência para toda a população de interesse — deve ser realizada com ressalvas.

O presente estudo insere-se em um contexto de populações amplas e amostras robustas, o que permite ao método adotado produzir resultados tão consistentes quanto os obtidos em amostras probabilísticas de tamanho equivalente. Além disso, foram adotados procedimentos rigorosos para minimizar possíveis erros não amostrais, reforçando a confiabilidade dos dados obtidos.

Dessa forma, considera-se pertinente a expansão dos resultados para o universo pesquisado e, por analogia, a utilização de estimativas de margem de erro, ainda que se reconheça a ausência de comprovação estatística formal. Para fins de interpretação, pode-se considerar que, para o conjunto dos territórios analisados, os resultados totais apresentam a margem de erro aproximada de  $\pm 2$  pontos percentuais, em um intervalo de confiança de 95%. Nas análises por território (estratos amostrais), a margem de erro seria de  $\pm 3$  pontos percentuais, aproximadamente. Por fim, destaca-se que a aplicação de recortes específicos — como idade, gênero ou cor/raça — reduz o tamanho dos grupos analisados e, conseqüentemente, eleva o erro amostral.

### 3.4. Período de coleta e tamanho da equipe

A coleta das entrevistas foi realizada entre os dias 13 e 31 de janeiro de 2026.

A equipe de campo foi composta por 40 pesquisadores agentes de coleta, além de supervisores de campo. Em cada território, atuaram 10 pesquisadores selecionados pelas organizações realizadoras da pesquisa. Todos os pesquisadores selecionados são moradores dos respectivos territórios.



## 4. Limites e potencial analítico

Os resultados da pesquisa apresentam elevada potência analítica. Por um lado, dada a sua abrangência geográfica, referente a quatro dos maiores conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro, que reúnem mais de 280 mil moradores. Por outro, devido ao seu desenho metodológico, que combinou escuta qualitativa aprofundada, com a realização de oito grupos focais, e um pesquisa quantitativa em larga escala, com a obtenção de 4.080 entrevistas estruturadas, com metodologia de amostragem robusta para garantir a consistência dos resultados. Somando-se a isso, a forte inserção territorial das organizações envolvidas.

Esses atributos contribuíram para captar as percepções dos moradores de territórios populares, considerando simultaneamente não só as suas especificidades locais, mas também sua inserção em uma estrutura populacional mais ampla, ao parear com territórios análogos da cidade. No entanto, apesar desse potencial, alguns limites devem ser considerados:

- a amostra foi desenhada para representar os quatro territórios pesquisados, e não o conjunto de favelas da cidade do Rio de Janeiro;
- determinados grupos populacionais – como, por exemplo, o de pessoas com menor disponibilidade de tempo ou mais reservadas socialmente – podem estar sub-representados, o que ocorre comumente em pesquisas de campo baseadas em entrevistas presenciais;
- perfis de cor ou raça, situação da ocupação ou pertencimento religioso, por exemplo, não foram selecionados com base em dados censitários, o que demanda uma leitura mais contextualizada dos resultados.

**Cabe destacar que, dentre os procedimentos tabulares para a leitura dos resultados, as respostas foram agregadas em dois polos analíticos:**



**a. Discordância:**

peças que responderam “discordar” ou “mais discordar do que concordar”.



**b. Concordância:**

peças que responderam “concordar” ou “mais concordar do que discordar”.

## **5. Princípios éticos e construção do campo**

Ao longo de todo o processo, a pesquisa foi orientada por princípios éticos, de transparência e de construção de confiança com os participantes. Foram realizados processos de sensibilização, apresentação nítida dos objetivos, métodos e usos dos dados, bem como a devolutiva dos resultados às comunidades, entendida como etapa fundamental para garantir corresponsabilidade e legitimidade do estudo.

Os moradores e moradoras foram reconhecidos como sujeitos de conhecimento, e não apenas como fontes de informação. Suas narrativas constituíram elemento central da análise, permitindo acessar dimensões da violência e da segurança pública que frequentemente não aparecem em registros oficiais ou em abordagens exclusivamente quantitativas.

## **6. Articulação entre dados quantitativos e qualitativos**

A apresentação e análise dos resultados foram orientadas pela articulação entre os dados do *Survey* e os achados provenientes dos grupos focais, dando continuidade ao desenho metodológico integrado que estruturou a pesquisa. Essa integração permitiu cruzar informações quantitativas — relacionadas à distribuição e prevalência dos posicionamentos — com evidências qualitativas que expressam os sentidos, experiências e interpretações construídas pelos moradores nos territórios.

Dessa forma, os resultados não foram analisados de maneira isolada, mas interpretados à luz das narrativas e dinâmicas identificadas na etapa qualitativa, possibilitando uma leitura mais aprofundada e contextualizada dos dados. Essa abordagem permitiu evidenciar, simultaneamente, padrões gerais e tendências agregadas, bem como contradições, ambivalências e especificidades territoriais, qualificando a compreensão sobre as percepções dos moradores acerca das operações policiais com confronto armado.





## II. Perfil da amostra

## 7. Composição da Amostra

Conforme descrito no item 3.1. Universo e Tamanho da amostra, 4.080 pessoas com mais de 18 anos de idade foram entrevistadas. A amostra foi distribuída de forma igualitária entre os quatro territórios, com 1.020 entrevistas em cada um – Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha.

O item 3.2.2. Seleção por Cotas descreve que três características de perfil foram quantitativamente controladas para fins de composição das cotas:

-  a localidade de moradia dentro de cada território
-  a faixa etária
-  o gênero

Entretanto, outras características de perfil foram perguntadas e registradas. Assim, os resultados relativos ao posicionamento e percepções podem ser interpretados segundo variados perfis. A seguir, a composição da amostra é mostrada considerando cada uma dessas características.

### 7.1. Por faixa etária

A composição etária da amostra foi uma das variáveis controladas por cotas a serem alcançadas, com base revela forte presença de adultos em idade ativa de trabalho e de responsabilidades familiares. A faixa de 30 a 49 anos concentra a maior parcela dos respondentes (41,4%), seguida pelo grupo de 18 a 29 anos (29,9%). Somadas, essas duas faixas correspondem a mais de 70% da amostra, indicando predominância de adultos jovens e de meia-idade.

O perfil etário da amostra está bem próximo do perfil do conjunto de favelas e comunidades urbanas (FCUs) da cidade do Rio de Janeiro, segundo dados do Censo Demográfico de 2022, do IBGE. Vale destacar que o perfil das FCUs da cidade, bem como da amostra, difere do perfil do conjunto da cidade, que se mostra mais envelhecido.

**Quadro 3:** Composição da amostra por Faixa etária, total e por território

Território	18-29 anos	30-49 anos	50-69 anos	70 ou mais	Total
Complexo do Alemão	29,3%	37,6%	26,1%	7,0%	100%
Complexo da Penha	26,2%	39,0%	27,0%	7,8%	100%
Maré	32,3%	45,2%	18,6%	3,9%	100%
Rocinha	31,7%	43,9%	19,6%	4,8%	100%
<b>Total da amostra</b>	<b>29,9%</b>	<b>41,4%</b>	<b>22,8%</b>	<b>5,9%</b>	<b>100%</b>

**Quadro 4:** Composição por Faixa etária – Amostra, Favelas e Comunidades Urbanas da cidade do Rio de Janeiro e cidade do Rio de Janeiro

Nível geográfico	18-29 anos	30-49 anos	50-69 anos	70 ou mais	Total
Total da amostra	29,9%	41,4%	22,8%	5,9%	100%
FCUs do Rio de Janeiro (RJ)	28,1%	41,0%	25,0%	5,9%	100%
Rio de Janeiro (RJ)	21,1%	37,7%	29,3%	11,8%	100%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2022 - para as Favelas e Comunidades Urbanas (FCUs) da Cidade do Rio de Janeiro e para o total da Cidade do Rio de Janeiro.

## 7.2. Por gênero

A distribuição por gênero da amostra apresenta forte correspondência com a estrutura demográfica da cidade do Rio de Janeiro. As mulheres representam 53,3% das pessoas entrevistadas, enquanto os homens correspondem a 46,7%, médias muito próximas à observada na população do município, segundo o Censo Demográfico de 2022.

Cabe destacar que, em toda a amostra, considerando os 4.080 moradores, foram entrevistadas 25 pessoas trans – 11 homens e 14 mulheres – e seis pessoas não binárias. Não há dados disponíveis para avaliar se tal representação espelha ou não a composição populacional dessas favelas, uma vez que nem mesmo o Censo Demográfico coletou dados sobre a identidade de gênero.

**Quadro 5:** *Composição da amostra por Gênero, total e por território*

Território	Mulher cis	Mulher trans	Homem cis	Homem trans	Não binário	Total
Complexo do Alemão	52,6%	0,3%	46,4%	0,5%	0,2%	100%
Complexo da Penha	54,9%	0,5%	44,4%	0,2%	-	100%
Maré	51,3%	0,1%	47,9%	0,4%	0,3%	100%
Rocinha	52,6%	0,5%	46,8%	-	0,1%	100%
<b>Total da amostra</b>	<b>52,9%</b>	<b>0,3%</b>	<b>46,4%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,1%</b>	<b>100%</b>

Nota: A população representada corresponde ao número de residentes maiores de 18 anos segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE.

**Quadro 6:** *Composição por Gênero – Amostra, Favelas e Comunidades Urbanas da cidade do Rio de Janeiro e cidade do Rio de Janeiro*

Nível geográfico	Mulher	Homem	Total
Total da amostra	53,3%	46,7%	100%
FCUs do Rio de Janeiro (RJ)	52,3%	47,7%	100%
Rio de Janeiro (RJ)	53,6%	46,4%	100%

Nota: As pessoas cis e trans foram contabilizadas conjuntamente na composição dos respectivos gêneros. As pessoas que se declararam não binárias, tiveram suas respostas contabilizadas somente no resultado geral. O Censo Demográfico não possui o número de pessoas não binárias.

**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico, 2022 – para as Favelas e Comunidades Urbanas (FCUs) da Cidade do Rio de Janeiro e para o total da Cidade do Rio de Janeiro.



### 7.3. Por cor ou raça

A composição racial da amostra revela forte presença de população parda e preta. A soma das pessoas que se declararam assim corresponde a 74,6% das entrevistadas.

É uma proporção consideravelmente superior à observada no conjunto da população do município do Rio de Janeiro, onde pessoas pardas e pretas representam pouco mais da metade dos habitantes, segundo o Censo de 2022 do IBGE. Essa diferença é uma característica da dinâmica socioespacial no Brasil, fortemente estruturada pelas desigualdades raciais, em que processos históricos de segregação urbana e de restrições de acesso à moradia e ao mercado de trabalho resultam na maior concentração de população parda e preta em favelas e periferias urbanas.

Porém, em comparação aos dados censitários dos territórios pesquisados, bem como do conjunto das favelas da cidade do Rio de Janeiro, nota-se uma configuração racial um pouco distinta na amostra. Nas FCUs da cidade do Rio de Janeiro, considerando as pessoas com idade acima de 15 anos, o Censo de 2022 apontou 48,8% de pardas, 22,2% de pretas e 29,1% de brancas. Na amostra, foram 43,2%, 31,4% e 23,7%, respectivamente. Portanto, há relativamente, menos pessoas pardas e brancas e mais pretas. No entanto, na soma de pessoas pardas e pretas, os totais se aproximam: 71%, nas FCUs da cidade, e 74,6%, na amostra.

Considerando apenas os quatro territórios pesquisados, o Censo de 2022 do IBGE apontou que as pessoas declaradas pretas representavam 19,8% dos habitantes com idade acima de 15 anos, 11,6 pontos percentuais a menos do que na amostra. Todavia, as pardas e pretas somavam 68,2%, uma diferença de 6,4 pontos percentuais em relação à amostra.

Dos territórios pesquisados, o Complexo da Penha é o que tem a maior concentração de pessoas pretas, bem acima das demais categorias — 30,2%, segundo o Censo de 2022, e 38,1%, na amostra. Isso difere do Complexo do Alemão, da Maré e da Rocinha, respectivamente, com 20,9%, 17,3% e 18% das pessoas maiores de 15 anos, conforme os dados censitários.

Com isso, o quadro é inverso quando o foco está nas pessoas pardas: no Complexo da Penha, representaram 40,4% das pessoas maiores de 15 anos, no Censo de 2022, e 37,5%, na amostra, enquanto nos outros três territórios, a concentração é mais elevada — 51,7%, no Complexo do Alemão, 51%, na Maré, e 46,2%, na Rocinha, de acordo com o Censo. Já na amostra, representaram 38,2% no Complexo do Alemão, o que destoa um pouco dos dados censitários (consequência inerente da maior frequência de pessoas declaradas pretas). Na Maré, com 52,2%, e na Rocinha, com 44,4%, as pessoas pardas apareceram com representações bem semelhantes às do Censo de 2022.

É possível que a maior presença relativa de pessoas pretas e, em vista disso, menor de pardas e brancas na amostra em comparação à população com idade acima de 15 anos apontada no Censo Demográfico de 2022 seja consequência da interação e identificação das pessoas entrevistadas com a equipe de pesquisadores de campo, aqui composta em sua maioria por pessoas pardas e pretas. O fato de se reconhecerem racialmente nos entrevistadores pode ter estimulado pessoas que, por vezes, se identificam como brancas ou pardas, a se identificarem, respectivamente, como pardas ou pretas. Cabe considerar, também, que no Censo Demográfico do IBGE, em regra, a entrevista é dirigida a um só declarante no domicílio e, preferencialmente, o responsável pelo mesmo, que responde por todos os coabitantes, enquanto, na presente amostra, cada pessoa entrevistada respondeu por si, o que pode revelar diferenças de afirmação identitária entre gerações. Também deve ser considerado que o predomínio de pessoas negras na equipe de campo pode ter produzido um viés de seleção, posto que o método de amostragem não foi probabilístico. Por fim, no campo da estatística, não se pode descartar a variância inerente a qualquer levantamento por amostra.

**Entretanto, chama a atenção que a autoidentificação como pessoa negra não acompanhe a declaração de cor ou raça. Enquanto 74,6% das pessoas entrevistadas se declararam pardas ou pretas, o número de pessoas que se identificam como negras somou 50,1% da amostra.**

No contexto brasileiro, a categoria parda frequentemente ocupa uma posição intermediária nos processos de identificação racial, podendo ou não ser incorporada à identidade negra, a depender de trajetórias pessoais, origem geográfica, experiências de discriminação e processos de politização racial. Esse resultado, portanto, evidencia a complexidade das formas de identificação racial no país e indica que a dimensão racial não pode ser compreendida apenas a partir das categorias demográficas utilizadas nos censos. Trata-se de um campo de debate consolidado, que envolve diferentes abordagens sobre identidade negra, classificação racial e percepção social da raça no Brasil, razão pela qual a interpretação desses dados deve ser realizada com cautela analítica e em diálogo com a literatura especializada.

Portanto, é bem provável que esta diferença tenha como um dos principais fatores a autoidentificação dos nordestinos e descendentes. Uma das evidências é que o menor percentual de pessoas que se identificam como negras está na Maré, seguido da Rocinha. Conforme já mencionado, estes são os dois territórios da amostra com maior concentração de pessoas que se declararam pardas e, notoriamente, com forte presença de nordestinos e descendentes.

**Quadro 7:** Composição da amostra por Cor ou raça, total e por território

Território	Parda	Preta	Branca	Indígena	Amarela	Não respondeu	Total
Complexo do Alemão	38,2%	35,5%	25,3%	-	0,8%	0,2%	100%
Complexo da Penha	37,5%	38,1%	22,5%	0,8%	0,2%	0,9%	100%
Maré	52,5%	24,5%	21,1%	1,0%	0,9%	-	100%
Rocinha	44,4%	27,5%	25,9%	1,6%	0,5%	0,2%	100%
<b>Total da amostra</b>	<b>43,2%</b>	<b>31,4%</b>	<b>23,7%</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,3%</b>	<b>100%</b>

**Quadro 8:** Composição por Cor ou raça – Amostra, Territórios Pesquisados, Favelas e Comunidades Urbanas da cidade do Rio de Janeiro e cidade do Rio de Janeiro

Nível geográfico	Parda	Preta	Branca	Indígena	Amarela	Não respondeu	Total
Total da amostra	43,2%	31,4%	23,7%	0,8%	0,6%	0,3%	100%
Territórios pesquisados	48,4%	19,8%	31,7%	0,0%	0,0%		
FCUs do Rio de Janeiro (RJ)	48,8%	22,2%	28,8%	0,1%	0,1%	0,0%	100%
Rio de Janeiro (RJ)	37,8%	16,0%	46,0%	0,1%	0,2%	-	100%

Nota: Com exceção da Amostra, em que as pessoas entrevistadas são maiores de 18 anos, os demais resultados estão contabilizando a população acima de 15 anos de idade.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2022 - para os Territórios pesquisados, para as Favelas e Comunidades Urbanas (FCUs) da Cidade do Rio de Janeiro e para o total da Cidade do Rio de Janeiro.

**Quadro 9:** Composição da amostra por Autoidentificação como pessoa negra, total e por território

Território	Sim	Não	Não respondeu	Total
Complexo do Alemão	54,2%	45,0%	0,8%	100%
Complexo da Penha	52,0%	46,7%	1,4%	100%
Maré	44,2%	55,6%	0,2%	100%
Rocinha	50,2%	49,6%	0,2%	100%
<b>Total da amostra</b>	<b>50,1%</b>	<b>49,2%</b>	<b>0,6%</b>	<b>100%</b>

## 7.4. Por escolaridade

A escolaridade da amostra apresenta distribuição heterogênea, refletindo a diversidade de trajetórias educacionais presentes nos territórios pesquisados. O ensino médio completo reúne 39,4% das pessoas entrevistadas, configurando o nível educacional mais frequente na amostra. Considerando também as pessoas que declararam ter ultrapassado este grau de instrução, ou seja, todas que possuem minimamente o ensino médio, a soma alcança 53% das pessoas entrevistadas.

As pessoas não alfabetizadas ou que não completaram o ensino fundamental somaram 22,3% da amostra. Opostamente, cerca de 13,6% das pessoas entrevistadas alcançaram o ensino superior, ainda que parte delas não o tenha completado, revelando a presença de trajetórias educacionais mais longas e sugerindo diversidade de capitais escolares entre os participantes.

Esse padrão educacional é semelhante à estrutura educacional observada em territórios urbanos populares, nos quais convivem trajetórias educacionais distintas, refletindo desigualdades históricas de acesso à educação. Comparando com o conjunto da cidade do Rio de Janeiro, tendo como referência o Censo Demográfico de 2022 e os agrupamentos sugeridos pelo IBGE, há uma diferença expressiva no nível superior completo, de mais de 18 pontos percentuais a favor do conjunto da cidade do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, os níveis de instrução mais baixos reúnem parcelas maiores nos territórios da amostra.

**Quadro 10:** Composição da amostra por Nível de Instrução, total e por território

Território	Não alfabetizado	Sem escolaridade ou Fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Médio completo	Superior - Graduação incompleta	Superior - Graduação completa	Mestrado completo ou mais	Não respondeu	Total
Complexo do Alemão	2,6%	23,1%	26,8%	38,0%	5,4%	3,8%	-	0,2%	100%
Complexo da Penha	2,1%	16,7%	24,7%	39,1%	7,6%	8,7%	1,1%	-	100%
Maré	1,5%	25,1%	24,7%	40,0%	5,0%	3,4%	0,3%	-	100%
Rocinha	1,5%	16,8%	22,1%	40,5%	10,0%	8,8%	0,4%	-	100%
<b>Total da amostra</b>	<b>1,9%</b>	<b>20,4%</b>	<b>24,6%</b>	<b>39,4%</b>	<b>7,0%</b>	<b>6,2%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

**Quadro 11:** Composição por Nível de Instrução – Amostra e cidade do Rio de Janeiro

Nível geográfico	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Total da amostra	22,3%	24,6%	46,4%	6,6%
Rio de Janeiro (RJ)	19,9%	15,4%	39,9%	24,7%

## 7.5. Por religião

A composição da amostra por filiação religiosa revela um campo altamente plural e pouco concentrado, marcado pela coexistência de diferentes matrizes religiosas e pela presença significativa de indivíduos sem pertencimento religioso institucional.

O primeiro elemento a destacar é que, embora as denominações evangélicas constituam o maior grupo, com 31,3% das pessoas entrevistadas, não há predominância absoluta de nenhuma tradição religiosa. Com parcelas muito próximas, aparecem o catolicismo, com 27,8%, e as pessoas que se declaram sem religião, com 26,5%.

Esse dado é particularmente relevante porque desestabiliza a leitura simplificada de hegemonia evangélica nos territórios populares. Em vez disso, a amostra indica um cenário mais fragmentado, no qual diferentes formas de pertencimento e não pertencimento religioso coexistem.

Outro aspecto marcante é a prevalência das religiões de matriz afro-brasileira, com 5,1% de praticantes de Candomblé e 5,1% de Umbanda, totalizando mais de 10% da amostra quando consideradas em conjunto. Esse percentual é significativamente superior ao observado no conjunto da cidade do Rio de Janeiro - 3,6%, segundo o Censo Demográfico de 2022 - e indica a persistência e relevância dessas tradições nos territórios pesquisados, apesar de contextos frequentemente marcados por intolerância religiosa.

Embora seja uma pequena parcela de 1,2%, a presença de múltiplo pertencimento religioso reforça ainda mais a ideia de que as práticas religiosas não são rigidamente exclusivas, sugerindo a existência de trajetórias religiosas híbridas e circulação entre diferentes sistemas de crença.

Por fim, a proporção de 26,5% de pessoas sem religião merece destaque. Esse grupo não pode ser interpretado simplesmente como ausência de crença, mas também como expressão de formas de espiritualidade não institucionalizadas, afastamento de instituições religiosas ou redefinição das formas de pertencimento simbólico.

Vale destacar que a comparação entre o perfil da amostra e o conjunto da cidade do Rio de Janeiro, segundo o Censo Demográfico de 2022, revela uma expressiva diminuição do contingente católico. O saldo decorrente dessa diferença pode estar refletido nas denominações evangélicas, nas religiões de matriz afro-brasileira e no grupo de pessoas que se declaram sem religião.

Considerados em conjunto, os dados indicam que os territórios pesquisados não são organizados por uma lógica religiosa homogênea, mas por um campo religioso diversificado, fragmentado e em disputa. Essa diversidade sugere que:

- as redes de sociabilidade não são estruturadas por uma única matriz religiosa dominante;
- diferentes repertórios morais coexistem e, potencialmente, entram em tensão;
- as formas de mediação comunitária, cuidado e interpretação da realidade social podem variar significativamente entre grupos.

A presença simultânea de evangélicos, católicos, religiões afro-brasileiras e pessoas sem religião indica que os territórios investigados operam como espaços de pluralidade religiosa ativa, e não como campos homogêneos. Uma vez que diferentes tradições religiosas mobilizam distintos enquadramentos morais e formas de interpretação dessas experiências, essa configuração é particularmente relevante para a análise de temas como:

- violência;**
- relação com o Estado e a polícia;**
- práticas de cuidado;**
- e redes de apoio comunitário.**

**Quadro 12:** Composição da amostra por Religião, total e por território

Território	Evangélica	Católica	Candomblé	Umbanda	Espírita	Múltiplo pertencimento	Outra	Sem religião	Não respondeu	Total Geral
Complexo do Alemão	38,1%	21,4%	6,0%	4,9%	1,3%	0,4%	0,2%	26,3%	1,5%	100%
Complexo da Penha	34,4%	28,1%	7,8%	6,7%	2,6%	2,0%	0,6%	16,8%	1,0%	100%
Maré	30,1%	26,6%	3,5%	2,3%	1,2%	0,5%	0,6%	35,3%	-	100%
Rocinha	22,4%	35,0%	3,2%	6,5%	2,5%	1,8%	0,8%	27,7%	0,2%	100%
<b>Total da amostra</b>	<b>31,3%</b>	<b>27,8%</b>	<b>5,1%</b>	<b>5,1%</b>	<b>1,9%</b>	<b>1,2%</b>	<b>0,5%</b>	<b>26,5%</b>	<b>0,7%</b>	<b>100%</b>

**Quadro 13:** Composição da amostra por Religião — Amostra e cidade do Rio de Janeiro

Nível geográfico	Evangélica	Católica	Candomblé	Umbanda	Espírita	Múltiplo pertencimento	Outra	Sem religião	Não respondeu	Total Geral
Total da amostra	31,3%	27,8%	5,1%	5,1%	1,9%	1,2%	0,5%	26,5%	0,7%	100%
Rio de Janeiro (RJ)	25,1%	44,0%	3,6%		5,3%	-	6,0%	15,9%	-	100%

## 7.6. Por situação da ocupação

A amostra foi composta majoritariamente - 69,1% - por pessoas que declararam possuir trabalho remunerado. O segundo maior contingente - 21,6% - foi de pessoas que se declararam sem trabalho remunerado, o que inclui pessoas à procura de emprego ou não. Pouco menos de 10% se declararam aposentados ou pensionistas.

O maior percentual de pessoas com trabalho remunerado foi reunido na Rocinha - 76,3%. O Complexo da Penha e o Complexo do Alemão tiveram os menores - 63,5% e 64,6%, respectivamente.

**Quadro 14:** Composição da amostra por Situação da ocupação, total e por território

Território	Com trabalho remunerado	Sem trabalho remunerado	Aposentado ou Pensionista	Total
Complexo do Alemão	64,6%	25,0%	10,4%	100%
Complexo da Penha	63,5%	23,9%	12,5%	100%
Maré	72,1%	20,3%	7,6%	100%
Rocinha	76,3%	17,1%	6,7%	100%
<b>Total da amostra</b>	<b>69,1%</b>	<b>21,6%</b>	<b>9,3%</b>	<b>100%</b>

NOTA: Apesar de serem possíveis situações concomitantes, como, por exemplo, ser Aposentado e Ocupado ao mesmo tempo, somente uma resposta foi registrada, sempre de acordo com a autodeclaração.

## 7.7. Por necessidade de circulação

A existência de compromissos cotidianos, como trabalho, estudo, levar crianças na escola, tratamento de saúde contínuo etc., pode ser uma dimensão da vida afetada de variadas formas pela ocorrência das operações policiais com confronto armado. De forma imediata, a restrição da circulação no território, inclusive para entrar ou sair dele, costuma impedir as pessoas de comparecer a esses compromissos. Todavia, nem todas as pessoas estão expostas a atividades ou serviços que lhes imponham sair de casa com regularidade.

Por isso, a fim de identificar diferenças na prevalência de posicionamentos conforme a exposição a este fator, bem como contextualizar o alcance populacional das restrições de circulação no território enquanto impacto dos confrontos causados pelas operações policiais, os moradores foram perguntados sobre a necessidade de sair de casa cotidianamente para tais compromissos. Nessa perspectiva, 88,4% das pessoas entrevistadas declararam ter a “Necessidade de sair de casa para compromissos cotidianos”. Observando os estratos geográficos, esse perfil variou entre 85,1%, na Maré e 92,5%, na Rocinha.

**Quadro 15:** Composição da amostra por Necessidade de sair de casa para compromissos cotidianos, total e por território

Território	Sim	Não	Total
Complexo do Alemão	88,2%	11,8%	100%
Complexo da Penha	87,8%	12,2%	100%
Maré	85,1%	14,9%	100%
Rocinha	92,5%	7,5%	100%
<b>Total da amostra</b>	<b>88,4%</b>	<b>11,6%</b>	<b>100%</b>

Nota: Entende-se por compromissos cotidianos, por exemplo, trabalho, estudo, levar crianças na escola, tratamento de saúde contínuo etc. Esses eventos foram sugeridos para explicar o significado de sair de casa por necessidade. Entretanto, a pessoa entrevistada teve autonomia para responder com base em outros eventos que considerasse pertinente.

## 7.8. Por tempo de moradia

Quase 2/3 da amostra – 65,3% – foi composta por moradores com, no mínimo, 25 anos de moradia. Este grupo se divide quase ao meio entre aqueles que têm entre 25 e 39 anos de moradia e aqueles com, no mínimo, 40 anos. Cabe lembrar que o tempo de moradia tem forte relação com a idade das pessoas, aumentando as chances de residir há mais tempo. Cabe destacar que 55,2% das pessoas entrevistadas declararam morar no respectivo território desde que nasceram.

Os estratos geográficos com mais moradores antigos (acima de 25 anos de residência) foram o Complexo do Alemão e o Complexo da Penha – 70,9% e 68,4%, respectivamente. O destaque destes dois territórios é a parcela dos que residem há, no mínimo, 40 anos, se distanciando em mais de dez pontos percentuais da Maré e da Rocinha.

**Quadro 16:** Composição da amostra por Tempo de moradia nos territórios

Território	menos de 5 anos	5 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 ou mais anos	Não respondeu	Total
Complexo do Alemão	3,4%	5,7%	19,9%	34,8%	36,1%	0,1%	100%
Complexo da Penha	3,0%	6,5%	22,1%	29,6%	38,8%	0,0%	100%
Maré	8,2%	11,1%	23,0%	34,7%	22,9%	0,0%	100%
Rocinha	6,4%	8,0%	21,4%	38,1%	26,0%	0,1%	100%
<b>Total da amostra</b>	<b>5,3%</b>	<b>7,8%</b>	<b>21,6%</b>	<b>34,3%</b>	<b>31,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>

## 7.9. Por presença de crianças e jovens no domicílio

Uma das características de perfil foi a coabitação com alguma pessoa com até 21 anos de idade. A resposta foi desmembrada em três faixas etárias – crianças, de 0 a 12 anos, adolescentes, de 13 a 17 anos, e jovens, de 18 a 21 anos. A pergunta se referiu à coabitação, ou seja, a pessoa entrevistada pode não ser a responsável pela criança ou adolescente, mas, por exemplo, irmã, tia, cunhada etc.

Mais da metade das pessoas entrevistadas – 54,9% – coabitam com, ao menos, um morador com idade até 21 anos. A maior parte da amostra, equivalente a mais de 1/3 do total, declarou que reside com crianças com até 12 anos de idade.

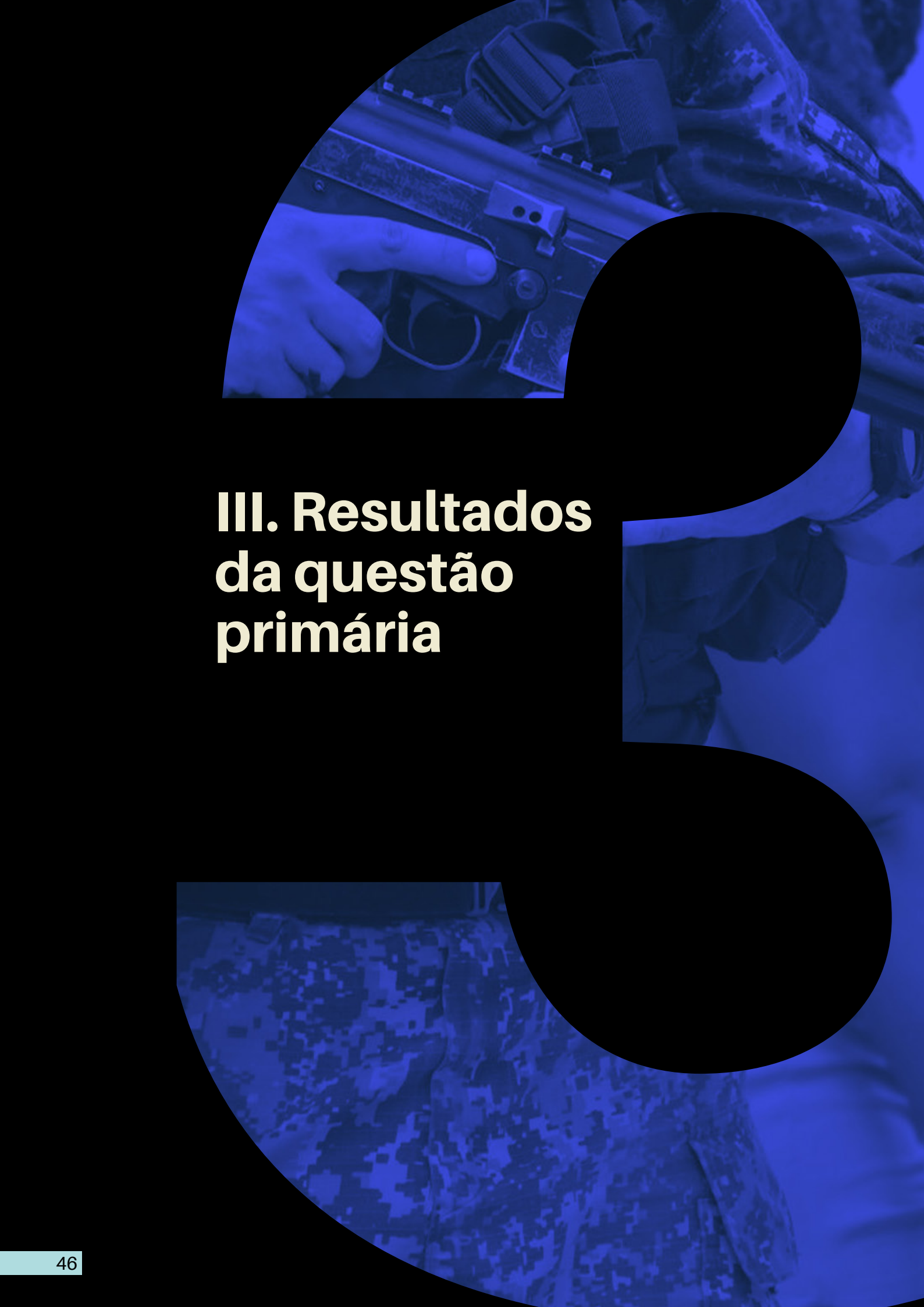
O estrato geográfico com a maior concentração de pessoas entrevistadas que coabitam com crianças de 0 a 12 anos foi o Complexo do Alemão. Este território foi, também, o que teve a menor concentração de pessoas que não residem com crianças ou jovens até 21 anos de idade, equivalente a 36,4% do total do estrato e mais de 10 pontos percentuais a menos que os demais territórios estudados.

**Quadro 17:** Composição da amostra por Presença de moradores com idade entre 0 e 21 anos no domicílio

Território	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 21 anos	Nenhum
Complexo do Alemão	41,6%	27,3%	16,6%	36,40%
Complexo da Penha	35,9%	20,6%	13,0%	46,50%
Maré	34,8%	17,9%	12,2%	48,30%
Rocinha	34,3%	16,0%	10,5%	49,10%
<b>Total da amostra</b>	<b>36,6%</b>	<b>20,4%</b>	<b>13,1%</b>	<b>45,10%</b>

Nota: A soma das frequências ultrapassa 100% porque algumas pessoas entrevistadas coabitam com crianças ou jovens de diferentes faixas etárias.





### **III. Resultados da questão primária**

# Posicionamento frente às operações policiais






Este eixo analisa a concordância ou discordância com as operações policiais com confronto armado realizadas nos territórios pesquisados. Esta foi a questão primária da amostra, por ser o requisito imediato de resposta ao objetivo do estudo. A partir deste filtro, discordar ou concordar, as demais respostas puderam ser comparadas e analisadas em suas representações, sentidos e significados mais específicos.

## 8. Posicionamento em relação às operações policiais com confronto armado

Os resultados mostram a predominância da reprovação às operações policiais com confronto armado realizadas nos territórios pesquisados. No conjunto da amostra, 73% dos moradores expressam discordância, enquanto 25% manifestam algum nível de concordância.

Esse resultado evidencia que três em cada quatro moradores se posicionam contra as operações policiais. A estrutura das respostas revela uma assimetria: a discordância total de 56% da amostra, isoladamente, já supera toda a concordância somada, que é de 25%, indicando que a reprovação expressa uma posição socialmente consolidada. As categorias intermediárias (“mais discorda” ou “mais concorda”) somam 26%, indicando a presença de nuances, mas sem alterar o padrão predominante.

A intensidade da discordância observada sugere que ela não se explica por posicionamentos abstratos, mas ancorada em experiências concretas vividas nos territórios, que atravessam o cotidiano dos moradores. Entre essas experiências, destacam-se:

-  interrupção da vida cotidiana;
-  riscos à integridade física;
-  restrição de circulação;
-  impactos sobre trabalho, escola e acesso a serviços;
-  efeitos sobre crianças e dinâmicas familiares.

Esse conjunto de elementos aponta para a constituição de uma crítica situada, produzida a partir da experiência vivida e das condições concretas em que a vida se organiza nesses territórios. As falas a seguir, extraídas dos grupos focais, expressam de forma sintética essa experiência:

*“A operação não entra só com arma; entra com humilhação.”*

*“A vida para quando tem operação.”*

*“O morador paga uma conta que não é dele.”*

Ao mesmo tempo, a presença de 25% de concordância indica que o território não é homogêneo. Os dados revelam a existência de um campo de tensões, no qual coexistem, de um lado, a crítica às formas de atuação policial e, de outro, expectativas relacionadas ao controle da criminalidade.

Nesse sentido, a reprovação às operações não implica, necessariamente, em sensação de segurança ou confiança em alternativas institucionais. Ao contrário, os resultados sugerem a coexistência de:

**■ alta discordância das operações**

**■ persistência de sentimentos de medo e insegurança**

**■ baixa confiança nas instituições**

Essa tensão também apareceu nas falas dos participantes, que problematizam não apenas as operações em si, mas os modos pelos quais a opinião pública é produzida e representada:

*“Quem apoia de longe não vive o que a favela vive.”*

*“Pesquisa sem favela não retrata a favela.”*

*“O silêncio também faz parte do resultado.”*

**Tabela 1:** *Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território?*

Território	Discorda	Mais discorda do que concorda	Mais concorda do que discorda	Concorda	Não respondeu	Total	n=	N=
Total da amostra	56%	17%	9%	16%	2%	100%	4.080	208.664

**Conforme informado no item 4 (Limites e potencial analítico), para a leitura dos resultados das demais variáveis, as respostas sobre o posicionamento em relação às operações policiais com confronto armado foram agregadas em dois polos de análise:**



**a. Discordância:**

peças que responderam “discordar” ou “mais discordar do que concordar”.



**b. Concordância:**

peças que responderam “concordar” ou “mais concordar do que discordar”.

**Tabela 2:** *[respostas agregadas] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território?*

Território	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam	Total	n=	N=
Total da amostra	73%	25%	2%	100%	4.080	208.664

## 9. Variações sociais do posicionamento

### 9.1. Por faixa etária

A idade se apresenta como um dos principais eixos de diferenciação dos posicionamentos. Observa-se que a discordância das operações policiais é mais elevada entre os mais jovens e tende a diminuir com o avanço da idade, enquanto a concordância cresce nos grupos etários mais velhos.

Entre jovens de 18 a 29 anos, a discordância atinge 79%, indicando uma posição mais crítica. Esse resultado pode ser compreendido à luz de uma maior exposição — direta e indireta — às dinâmicas da violência armada e às ações policiais. Trata-se de uma geração que vivencia de forma mais intensa os efeitos dessas operações, seja pela presença mais frequente nos espaços públicos, seja pela proximidade com pares — amigos, irmãos, primos — que também se encontram mais expostos a abordagens policiais, situações de risco e processos de criminalização.

Essa leitura ganha ainda mais relevância quando considerada em articulação com marcadores raciais, uma vez que jovens negros são mais expostos à incidência de abordagens, suspeição e violência policial. Embora essa análise deva ser realizada com cautela e aprofundamento em outros cruzamentos, os dados sugerem que a discordância entre jovens não é apenas geracional, mas atravessada por desigualdades raciais e territoriais.

Nos grupos de maior idade, observa-se um aumento relativo da concordância e uma posição mais ambivalente. Os dados qualitativos indicam que essa diferença está associada, em parte, à percepção de mudanças nas dinâmicas territoriais ao longo do tempo. Moradores mais velhos frequentemente mobilizam comparações entre diferentes períodos, apontando para uma transformação nas formas de organização dos grupos armados, na regulação dos territórios e nas relações cotidianas.

Nesse contexto, emerge a percepção de enfraquecimento de mediações informais e de referências locais que, em outros momentos, organizavam limites e regras de convivência. Ao mesmo tempo, aparecem relatos sobre a maior presença de pessoas muito jovens em atividades vinculadas aos grupos armados, a intensificação de dinâmicas associadas ao tráfico e a maior visibilidade do uso de drogas ilícitas em espaços públicos, elementos que contribuem para uma percepção de desordem e insegurança.

Essas transformações ajudam a compreender por que, entre os mais velhos, pode haver maior tolerância relativa às operações policiais, ainda que acompanhada de críticas às suas formas de execução.

*“Antes havia medo, mas havia mais regra; hoje tem menos limite.”*

*“Muita gente mais velha fala de uma perda de referência.”*

*“As mediações foram se enfraquecendo.”*

Entre os mais jovens, por sua vez, as narrativas enfatizam a naturalização da violência no cotidiano e a intensificação da exposição desde a infância, indicando uma socialização marcada pela convivência contínua com conflitos armados e intervenções policiais:

*“As crianças estão crescendo no meio da guerra.”*

*“O envolvimento dos mais novos se dá cada vez mais cedo.”*

Esse cruzamento se destaca como um dos mais consistentes do eixo, sugerindo que a relação com as operações policiais é fortemente estruturada por dimensões geracionais. Mais do que diferenças de opinião, os dados indicam distintas formas de experiência do território, da violência e da presença do poder público, produzindo leituras também diferenciadas sobre legitimidade, risco e proteção.

**Tabela 3:** [por faixa etária] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território?

Faixa etária	Total da amostra			Total
	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam	
18-29 anos	79%	20%	1%	100%
30-49 anos	75%	24%	1%	100%
50-69 anos	64%	32%	4%	100%
70 ou mais	66%	30%	3%	100%
<b>Total</b>	<b>73%</b>	<b>25%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

## 9.2. Por gênero

A discordância é majoritária em ambos os grupos, mulheres ou homens, com pequena diferença numérica – apenas três pontos percentuais.

Entre os homens, conforme levantado nos grupos focais, a prevalência um pouco menor da discordância pode estar associada à exposição mais direta à ação policial e à aderência a discursos relacionados ao controle da violência. Entre as mulheres, a discordância pode estar associada à centralidade do cuidado com a família e aos impactos das operações sobre a vida cotidiana, especialmente em relação à proteção de crianças e à organização da rotina.

*“Quem segura as crianças quando começa o tiroteio somos nós.”*  
*“A gente não tem pra onde correr, tem que proteger todo mundo.”*

*“Proteger as crianças virou organizar toda a rotina.”*  
*“A operação entra também na vida emocional das crianças.”*

As diferenças observadas não configuram clivagens opostas, mas indicam que a crítica às operações é atravessada por experiências de gênero distintas.

Nesta variável, os resultados reuniram as respostas das pessoas cis e trans, agregados em homens ou mulheres. As respostas das pessoas que se declararam não binárias estão contabilizadas somente no total geral. O quantitativo de pessoas trans e não binárias entrevistadas pode ser revisto acima, no item 7.2, referente ao perfil da amostra por gênero.

**Tabela 4:** [por gênero] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território?

Gênero	Total da amostra			Total
	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam	
Homem	72%	26%	2%	100%
Mulher	75%	24%	2%	100%
<b>Total</b>	<b>73%</b>	<b>25%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

Nota: Nesta tabela não houve separação entre pessoas cis e trans. As respostas das pessoas que se declararam não binárias (ver perfil da amostra) estão contabilizadas somente na linha Total.

## 9.3. Por cor ou raça

A discordância às operações policiais é majoritária em todos os grupos raciais, indicando um padrão transversal de crítica. No entanto, observa-se maior frequência entre pessoas pretas, alcançando 81% das pessoas entrevistadas. Entre as pessoas brancas, observou-se o maior percentual de concordância, na casa de 30%.

Esse padrão sugere a existência de um gradiente nas formas de percepção das operações, que pode ser interpretado à luz de diferentes níveis de exposição à ação policial e aos seus efeitos. Nesse sentido, a experiência das operações não se apresenta como neutra, sendo percebida como seletiva e atravessada por marcadores sociais que estruturam a sociedade brasileira e que se expressam de maneira particularmente intensa nos territórios de favela.

Ainda que a classificação por cor ou raça não capture integralmente as formas de identificação racial dos sujeitos, os dados indicam que a dimensão racial atravessa a leitura sobre quem é mais abordado, quem é mais suspeito e quem se encontra em maior situação de vulnerabilidade. A maior discordância entre pessoas pretas pode estar associada a experiências mais recorrentes de exposição à violência policial, seja de forma direta seja por meio de redes de sociabilidade próximas.

Estudos consolidados na área de segurança pública e relações raciais no Brasil têm evidenciado que a exposição à ação policial é desigual e incide de forma mais intensa sobre a população negra — em particular, os negros retintos. Isso contribui para a construção de percepções de seletividade e injustiça nas práticas de abordagem e controle. Nessa direção, os dados aqui apresentados dialogam com um campo já estabelecido de evidências que aponta para a centralidade da dimensão racial na compreensão das dinâmicas de policiamento em contextos urbanos.

As falas dos participantes dos grupos focais reforçam essa percepção ao evidenciar que a violência policial é interpretada como seletiva e desigualmente distribuída, atingindo de forma mais intensa determinados grupos e territórios. Em alguns casos, essa seletividade é explicitamente associada à dimensão racial das abordagens:

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo obra de Ramos, Sílvia; Francisco, Diego; Silva, Pedro Paulo da; Silva, Itamar. Elemento suspeito: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2021. <https://cesecseguranca.com.br/livro/elemento-suspeito-racismo-e-abordagem-policial-no-rio-de-janeiro/>

*“Depende da cor e da roupa. Tem gente que nem precisa fazer nada pra ser parado.”*

*“Se é preto e jovem, já entra como suspeito.”*

*“A abordagem não é igual pra todo mundo, isso a gente vê todo dia.”*

Essa percepção também aparece articulada a uma leitura mais ampla sobre desigualdade e valor diferencial atribuído à vida nos territórios:

*“A violência policial atinge quem não está envolvido.”*

*“A vida aqui vale menos para quem decide de fora.”*

O recorte racial se destaca, ao lado da faixa etária, como um dos mais importantes da análise dos marcadores sociais, ao sugerir que a legitimidade das operações policiais é fortemente atravessada por experiências racializadas da violência. Mais do que uma diferença de percepção, os dados apontam para distintos regimes de experiência e exposição, que produzem leituras também diferenciadas sobre justiça, proteção e atuação do poder público.

**Tabela 5:** [por cor ou raça] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território?

Cor ou raça	Total da amostra			Total
	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam	
Parda	71%	27%	2%	100%
Preta	81%	17%	2%	100%
Branca	69%	30%	2%	100%
Indígena	79%	21%	-	100%
Amarela	81%	16%	2%	100%
Não respondeu	59%	34%	7%	100%
<b>Total</b>	<b>73%</b>	<b>25%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

## 9.4. Por escolaridade

A relação entre escolaridade e o posicionamento em relação às operações policiais com confronto armado não é linear, mas apresenta pequena variação entre os perfis. O único que se destacou foi o de pessoas com ensino superior completo, no qual a concordância alcançou 34% da amostra.

O estudo quantitativo não evidenciou expectativas em relação ao Estado e formas de inserção social moduladas pela escolaridade. Ainda que o nível de instrução seja um fator de organização de repertórios de interpretação sobre violência, proteção e ação estatal, os resultados não mostraram clivagens simples ou posicionamentos primários divergentes. Neste particular, a discussão aprofundada dos grupos focais foi o ambiente que revelou leituras mais distintas entre os perfis.

*“A violência não nasce sozinha; ela anda com desigualdade.”*

*“A operação aparece onde faltaram políticas antes.”*

**Tabela 6:** [por escolaridade] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território?

Nível de instrução	Total da amostra			Total
	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam	
Não alfabetizado	68%	29%	3%	100%
Sem escolaridade ou Fundamental incompleto	73%	23%	3%	100%
Fundamental completo	77%	21%	2%	100%
Médio completo	72%	27%	1%	100%
Superior - Graduação incompleta	77%	23%	-	100%
Superior - Graduação completa	65%	34%	1%	100%
Mestrado completo ou mais	75%	25%	-	100%
Não respondeu	50%	-	50%	100%
<b>Total</b>	<b>73%</b>	<b>25%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

## 9.5. Por religião

A discordância é predominante em todos os grupos religiosos, com pouca variação entre os perfis. Porém, nos grupos focais, os católicos, evangélicos e espíritas foram considerados aqueles que apresentam maior ambivalência em seus posicionamentos, com diferentes repertórios morais e formas de mediação da experiência da violência.

*“Tem gente que apoia, mas não apoia do jeito que acontece.”*

*“O que se escuta muito é: pode ter, mas não assim.”*

Os resultados indicam que a afiliação religiosa não implicou, na amostra, em posicionamentos distintos em relação às operações policiais com confronto armado. Entretanto, isso não significa dizer que a orientação religiosa seja neutra na forma como a violência, a proteção e a ação estatal são moralmente interpretadas.

**Tabela 7:** [por religião] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território?

Grupo religioso	Total da amostra			Total
	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam	
Evangélica	74%	25%	2%	100%
Católica	68%	30%	2%	100%
Candomblé	82%	18%	1%	100%
Umbanda	73%	26%	2%	100%
Espírita	73%	27%	1%	100%
Outra	60%	40%	-	100%
Múltiplo pertencimento	75%	23%	1%	100%
Sem religião	77%	21%	2%	100%
Não respondeu	89%	11%	-	100%
<b>Total</b>	<b>73%</b>	<b>25%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

## 9.6. Por situação da ocupação

O fato de possuir ou não trabalho remunerado não implicou em grande variação de posicionamento primário em relação às operações policiais com confronto armado.

Entre as pessoas entrevistadas que afirmaram possuir trabalho remunerado, equivalente a mais de 2/3 da população amostral, 74% se posicionam discordantes, enquanto 77% dos que se declararam sem trabalho remunerado (exceto aposentados e pensionistas) mostraram-se com o mesmo posicionamento.

Apenas no grupo de aposentados e pensionistas, que formam 9,3% da amostra, houve um resultado em destaque. Neste caso, 1/3 das pessoas se mostraram a favor das operações policiais com confronto armado. No entanto, este resultado parece ter mais influência do fator geracional (faixa etária) do que da situação ocupacional em si.

**Tabela 8:** [por situação da ocupação] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território?

Situação da ocupação	Total da amostra			Total
	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam	
Com trabalho remunerado	74%	25%	1%	100%
Sem trabalho remunerado	77%	21%	2%	100%
Aposentado ou Pensionista	61%	34%	5%	100%
<b>Total</b>	<b>73%</b>	<b>25%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

NOTA: Apesar de serem possíveis situações concomitantes, como, por exemplo, ser Aposentado e Ocupado ao mesmo tempo, somente uma resposta foi registrada, sempre de acordo com a autodeclaração.

## 9.7. Por necessidade de circulação

Em outros quesitos desse estudo, a restrição aos deslocamentos dentro do território, bem como os de saída e entrada no mesmo, nos dias de operações policiais aparece como um forte motivo de insatisfação dos moradores, o que contribui para justificar o posicionamento de ampla parcela dos entrevistados. Neste sentido, os entrevistados foram perguntados sobre a necessidade de sair de casa para compromissos cotidianos, como trabalho, estudo, levar crianças na escola, tratamento de saúde etc., a fim de identificar diferenças na prevalência de posicionamentos conforme o cotidiano a que determinados perfis estão expostos.

No entanto, a amostra não mostrou variação relevante nos resultados referente a cada um dos perfis. Entre os que têm compromissos cotidianos e os que não têm, a média amostral de concordância com as operações policiais com confronto armado foi de 25% e 26%, respectivamente. Uma ligeira diferença pode ser observada na ausência de resposta, haja vista que 4% das pessoas que não têm necessidade de sair de casa cotidianamente ficaram sem responder, o que pode indicar que não se sentem tão afetadas ou implicadas a ponto de se posicionarem.

**Tabela 9:** [por ter necessidade de sair de casa para compromissos cotidianos] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território?

Necessidade de circulação	Total da amostra			Total
	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam	
Sim	74%	25%	1%	100%
Não	70%	26%	4%	100%
<b>Total</b>	<b>73%</b>	<b>25%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

Nota: Entende-se por compromissos cotidianos, por exemplo, trabalho, estudo, levar crianças na escola, tratamento de saúde contínuo etc. Esses eventos foram sugeridos para explicar o significado de sair de casa por necessidade. Entretanto, a pessoa entrevistada teve autonomia para responder com base em outros eventos que considerasse pertinente.

## 9.8. Por tempo de moradia

O tempo de residência no território - Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré ou Rocinha - pode criar no morador diferentes percepções sobre as operações policiais, a partir da identificação de períodos ou panoramas distintos, tanto da política de Segurança Pública quanto da atuação dos grupos civis armados. Por isso, uma das características de perfil indagadas foi o tempo de moradia no território.

Os resultados da amostra sugerem não haver diferença expressiva entre os grupos, mas alguns gradientes podem ser factíveis. Entre aqueles que possuem, ao menos, 40 anos de moradia, a discordância é menor. Já entre os que têm entre 15 e 39 anos, os dados apontam para um pequeno aumento da discordância.

A concordância com as operações mais frequente entre os moradores mais antigos vai ao encontro da indicação de que há proporcionalmente mais apoiadores entre as pessoas mais velhas. A maior frequência entre as pessoas entre 15 e 39 anos também é compatível com a maior discordância entre os jovens.

Portanto, é recomendável que esses números, agrupados segundo o tempo de moradia, sejam observados de forma conjugada ao posicionamento prevalente em cada grupo etário. Vale lembrar que somente a população maior de 18 anos foi elegível para a pesquisa e que 55,2% da amostra foi composta por pessoas que moram no território desde que nasceram.

**Tabela 10:** [por tempo de moradia] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território?

Situação da ocupação	Total da amostra			Total
	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam	
menos de 5 anos	70%	28%	2%	100%
5 a 14 anos	72%	24%	3%	100%
15 a 24 anos	77%	22%	1%	100%
25 a 39 anos	77%	22%	1%	100%
40 ou mais anos	68%	30%	2%	100%
<b>Total</b>	<b>73%</b>	<b>25%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

## 9.9. Por presença de crianças e jovens no domicílio

A responsabilidade por crianças, adolescentes e jovens pode elevar a preocupação com a ocorrência de operações policiais com confronto armado e com a atuação do tráfico de drogas. Por isso, foi perguntado se a pessoa entrevistada habitava, no mesmo domicílio, com crianças, de 0 a 12 anos, adolescentes, de 13 a 17 anos, ou jovens, de 18 a 21 anos. Não foi perguntado sobre a responsabilidade pela criança ou adolescente e, tampouco, o parentesco, mas exclusivamente a coabitação. Em outras palavras, a pessoa entrevistada não é, necessariamente, genitora ou responsável pela criança ou adolescente.

Os resultados mostram um panorama esperado. Nos grupos que coabitam com crianças e jovens até 21 anos de idade, a prevalência da discordância é três pontos maior que a média geral da amostra (73%), independentemente da faixa etária observada. Portanto, no grupo dos que não residem com crianças e jovens até 21 anos, a prevalência fica abaixo da média geral – dois pontos percentuais a menos.

**Tabela 11:** [por presença de moradores com idade até 21 anos] Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas neste território?

Situação da ocupação	Total da amostra			Total
	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam	
0 a 12 anos	76%	22%	1%	100%
13 a 17 anos	76%	23%	2%	100%
18 a 21 anos	76%	23%	1%	100%
Nenhum	71%	27%	2%	100%
<b>Total</b>	<b>73%</b>	<b>25%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

Nota: Uma mesma pessoa entrevistada pode coabitar com mais de uma criança ou jovem até 21 anos de idade.

RUA  
TEIXEIRA RIBEIRO

513

## 10. Experiência concreta, ameaça e produção dos sentimentos

Ao serem perguntados se alguma situação ou sentimento grave de ameaça, de perda ou de medo contribuiu para o posicionamento em relação às operações policiais, 61% responderam afirmativamente. Porém, há uma diferença expressiva conforme o posicionamento: 70% dos que discordam e 40% dos que concordam responderam que houve a contribuição de alguma situação ou sentimento grave.

Entre os 61% que responderam “sim”, a grande maioria mencionou o impedimento de circulação dentro e para fora do território; pouco mais da metade, mencionou a experiência de sofrer agressão física, verbal ou psicológica ou sofrer humilhações; quase a metade reportou invasões ou violações de casas, carros e estabelecimentos comerciais; pouco mais de um terço citou as revistas a pessoas e pertences; um quinto apontou as mortes e uma parcela quase equivalente apontou os ferimentos; um sexto mencionou as extorsões e um pouco menos fez menção às execuções.

O quesito para especificar a situação foi dirigido tanto àqueles que se posicionaram contrários quanto favoráveis às operações policiais com confronto armado. Neste contexto, cabe destacar que todas as situações de ameaça, perda ou medo relacionadas tiveram a adesão de ambos os grupos. A hierarquia das respostas se assemelha, com a diferença de que os percentuais são maiores entre os que discordam das operações policiais com confronto armado. Isso aconteceu porque, tendo sido um quesito que possibilitou várias respostas da mesma pessoa entrevistada (resposta múltipla), as que discordam das operações policiais mencionaram, em média, mais situações do que as que concordam.

Os resultados dos grupos focais também evidenciam que os sentimentos analisados são produzidos por experiências concretas que combinam:

- restrição de direitos
- violência direta
- exposição à morte

*“O trauma muda a forma de ver a operação.”*

**Tabela 12:** Alguma situação ou sentimento grave de ameaça, de perda ou de medo contribuiu para o seu posicionamento atual em relação às operações policiais?

	Total da Amostra		
n=	4.080	3.013	985
N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Sim	61%	70%	40%
Não	38%	30%	59%
Não respondeu	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%

**Tabela 13:** Você disse que considera que uma situação grave de ameaça, de perda ou de medo contribuiu para o seu posicionamento em relação às operações. Quais foram esses acontecimentos?

	Total da Amostra elegível		
	n=	420	25
	N=	20.567	1.058
Respostas	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam
Impedimento do direito de ir e vir (passeio, trabalho, escola etc.)	69,8%	57,2%	59,1%
Agressão, violência, ameaça, intimidação ou humilhação	52,2%	32,9%	10,8%
Patrimônio (casa, carro, comércio) invadido ou violado	47,4%	34,7%	11,2%
Abordagem para revista	35,9%	19,6%	8,2%
Morte por tiro	20,8%	17,0%	6,2%
Ferimento de tiro	18,5%	16,3%	18,1%
Extorsão ou roubo/furto de pertences	16,6%	11,0%	2,7%
Execução	13,5%	7,4%	-
Detenção	5,2%	2,5%	6,2%
Sequestro	2,6%	2,0%	-
Tiroteio / Bala perdida	0,9%	2,6%	-
Medo / Trauma / Saúde Mental	0,3%	-	-
Horário	0,2%	0,4%	-
Abuso sexual	-	-	-
Tortura	-	-	-
Aliciamento para o tráfico	0,4%	0,4%	-
Exibição/quantidade de armas	-	0,5%	-
Outra resposta	0,4%	1,9%	-
Não respondeu	0,6%	3,4%	25,8%

Notas:

- i. Somente depois de perguntados os itens 12, 13 e 14, é que este quesito foi retomado, para indagar qual foi a situação grave de ameaça, perda ou medo que contribuiu para o posicionamento do(a) entrevistado(a) em relação às operações policiais com confronto armado.
- ii. Somente os que disseram Sim no quesito 11 foram indagados.
- iii. Este quesito teve resposta espontânea.
- iv. As linhas sem cor são respostas que, embora não tenham sido lidas durante a entrevista, já estavam categorizadas no formulário, conduzindo o(a) entrevistador(a) a interpretar a resposta e assinalar a respectiva categoria.
- v. As linhas com a cor cinza foram respostas registradas no campo "Outro(a)" e especificadas pelo(a) entrevistador(a). A maioria dessas respostas foi categorizada no tratamento dos dados.

## 11. Influências que contribuem para o posicionamento

Ainda no campo das situações e fatores que contribuem para a formação do posicionamento contrário ou favorável às operações policiais com confronto armado, foi indagado a eventual influência de discursos de políticos ou de partidos, de entidades ou grupos que desenvolvem projetos sociais, tais como as ONGs, e de valores ou grupos religiosos.

A negação à influência para as três fontes perguntadas foi bastante ampla, em torno de 90%, com pequenas variações. Somando quem respondeu “sim, muita contribuição” ou “sim, um pouco de contribuição”, a fonte que teve a maior aderência foi a de políticos ou partidos, com 12% do total da amostra. Distinguindo os grupos segundo o posicionamento, entre os que discordam das operações policiais, 13% disseram que “sim” e, entre os que concordam, 10% da população da amostra.

Com relação a entidades e grupos que realizam trabalhos sociais no território, 10% dos entrevistados admitiram a influência. No caso de religiões e grupos religiosos, foram 9%.

Entretanto, a prevalência dos que admitem alguma das influências perguntadas alcança a maior distância no quesito que indaga a contribuição de entidades como as ONGs e outros grupos que atuam no território. Entre os que discordam das operações policiais, 11% admitem a influência desses atores locais, enquanto 6% responderam o mesmo entre os que concordam.

**Tabela 14:** *Algum discurso de políticos ou de partidos políticos contribuiu para o seu posicionamento atual em relação às operações policiais?*

		Total da Amostra		
	n=	4.080	3.013	985
	N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	
Nenhuma contribuição	87%	87%	89%	
Sim, um pouco de contribuição	6%	6%	6%	
Sim, muita contribuição	6%	7%	4%	
Não respondeu	1%	-	-	
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	




**Tabela 15:** *Alguma ONG ou grupos e instituições que fazem trabalho social no território contribuiu para o seu posicionamento atual em relação às operações policiais?*

	Total da Amostra		
n=	4.080	3.013	985
N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Nenhuma contribuição	90%	88%	94%
Sim, um pouco de contribuição	6%	6%	4%
Sim, muita contribuição	4%	5%	2%
Não respondeu	1%	-	-
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**Tabela 16:** *Sua religião ou algum grupo religioso contribuiu para o seu posicionamento atual em relação às operações policiais?*

	Total da Amostra		
n=	4.080	3.013	985
N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Nenhuma contribuição	90%	91%	89%
Sim, um pouco de contribuição	5%	5%	6%
Sim, muita contribuição	4%	4%	5%
Não respondeu	1%	1%	-
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>





## **IV. Resultados das questões subsidiárias**

### **Vivências durante as operações policiais**

O eixo 2 analisa as vivências diretas dos moradores em relação às operações policiais realizadas nos territórios pesquisados. Diferentemente do eixo 1, que aborda posicionamentos e percepções, o foco aqui recai sobre as experiências concretas vividas pelos entrevistados ou por membros de suas famílias. São resultados decisivos para a leitura do estudo como um todo, pois mostram que as posições expressas no eixo 1 não se apoiam em opiniões abstratas, mas em vivências diretas, reiteradas e territorialmente situadas.

---

### **12. Universalização da experiência das operações policiais**

Nos territórios investigados, as operações policiais com confronto armado constituem formas recorrentes de intervenção estatal, marcadas por incursões ostensivas, presença de efetivos armados, uso de veículos blindados e impactos significativos sobre a vida cotidiana. No entanto, a forma como essas operações são realizadas varia conforme as características territoriais, a localização urbana e as dinâmicas sociopolíticas de cada área.

Nos complexos da Zona Norte — como Alemão, Penha e Maré —, as operações tendem a ocorrer de maneira mais frequente e prolongada, em territórios extensos e com múltiplos acessos, produzindo efeitos difusos e contínuos sobre diferentes localidades. Nesses contextos, a presença de operações se insere de forma mais regular na rotina dos moradores, afetando a circulação, o funcionamento de serviços e as dinâmicas comunitárias.

Já na Rocinha, território localizado na Zona Sul, em área de forte presença turística e inserida em uma região de alta valorização urbana, as operações policiais tendem a ocorrer de forma mais episódica. Ainda que possam ser intensas, essas ações não apresentam a mesma regularidade observada nos territórios da Zona Norte. Essa diferença é relevante, pois indica que a experiência das operações não é homogênea, sendo modulada por fatores territoriais, econômicos e políticos que influenciam a forma e a frequência da intervenção estatal.

Apesar dessas diferenças na frequência e na forma de realização das operações, os resultados indicam que a vivência dessas ações é praticamente universal nos territórios analisados. A quase totalidade dos moradores entrevistados - 93% - afirma ter vivenciado diretamente, ou por meio de familiares, as situações decorrentes das operações policiais. Esse padrão se mantém independentemente da posição em relação às operações, com percentuais igualmente elevados tanto entre aqueles que discordam - 94% - quanto entre aqueles que concordam - 91% - com sua realização. Não se observa, portanto, uma clivagem significativa entre quem vivencia e quem não vivencia: a experiência é amplamente compartilhada.

Mais do que eventos pontuais ou excepcionais, as operações policiais — ainda que com diferentes graus de recorrência entre os territórios — constituem uma dimensão estruturante da vida nesses contextos, atravessando rotinas, relações sociais e formas de organização da vida. Esse fato tem implicação central para a leitura dos dados: as opiniões sobre as operações não são formuladas à distância, mas informadas por experiências diretas, recorrentes e territorialmente situadas.

Essa dimensão cotidiana — marcada tanto pela repetição quanto pela antecipação das operações — aparece de forma recorrente nas narrativas dos participantes:

*“Aqui a violência não é episódio; é rotina.”*

*“Mesmo sem operação, a gente vive esperando a próxima.”*

Esse é uma característica estruturante do estudo: o debate sobre operações policiais não se dá entre observadores externos, mas entre sujeitos cuja vida cotidiana é direta ou indiretamente atravessada por esse tipo de intervenção.

**Tabela 17:** *Você ou alguém da sua família vivenciou alguma operação policial no território?*

		Total da Amostra		
n=	4.080	3.013	985	
N=	208.664	153.329	51.711	
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	
Sim	93%	94%	91%	
Não	7%	6%	9%	
Não respondeu	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

## 13. Impactos cotidianos e estruturais

Os impactos mais frequentes das operações policiais não se configuram, em sua maioria, como eventos extremos, mas como efeitos cotidianos e recorrentes que atravessam a vida nos territórios. Esses efeitos incidem diretamente sobre direitos fundamentais, como o direito de ir e vir, e comprometem o acesso ao trabalho, à saúde e à educação, afetando de maneira particularmente intensa crianças e adolescentes.

Nos dados a seguir, os percentuais são referentes às pessoas que responderam terem vivenciado situações decorrentes de operações policiais, as quais representam 93% da amostra. A partir das respostas e das narrativas dos moradores, é possível identificar três dimensões centrais que estruturam essa experiência:

## **13.1. Controle da mobilidade**

A restrição de circulação aparece como o impacto mais recorrente em ambos os grupos - 51% entre os que discordam e 41,5% entre os que concordam com as operações policiais. Tais números confirmam que as operações interferem diretamente no direito de ir e vir. Essa limitação afeta deslocamentos cotidianos, comprometendo o acesso a serviços de saúde, atividades de trabalho e a frequência escolar, especialmente no caso de crianças e adolescentes.

## **13.2. Violação do espaço doméstico**

A invasão ou violação de domicílio, estabelecimento comercial ou veículo é bastante frequente - 37,5% entre os que discordam e 22,9% entre os que concordam com as operações policiais. Isso evidencia a permeabilidade entre espaço público e privado durante as operações. O domicílio, que deveria constituir um espaço de proteção, torna-se atravessado pela lógica do confronto, ampliando a sensação de insegurança e exposição.

## **13.3. Exposição à violência armada**

A presença recorrente de tiroteios e de balas perdidas - apontada por 37,5% dos que discordam e 22,9% dos que concordam com as operações policiais - reforça que os moradores são expostos a situações de risco, mesmo sem envolvimento direto com os conflitos. Essa exposição afeta de forma contínua a vida nos territórios, produzindo medo, interrupções nas rotinas e impactos duradouros sobre o bem-estar, especialmente de crianças e adolescentes.

As operações funcionam como dispositivos de reorganização da vida cotidiana, produzindo interrupções, insegurança difusa e reconfiguração das rotinas.

*“Quando começa, ninguém sai. A vida para.”*

*“A cidade continua, mas a favela para.”*

*“A operação muda tudo: rotina, trabalho, escola e saúde.”*

*“O que mais afeta é não poder sair, trabalhar ou levar filho na escola.”*

Os dados revelam que a experiência da operação não se reduz ao momento do confronto armado. Ela se estende à vida ordinária, afetando circulação, trabalho, escola, acesso a serviços de saúde e organização familiar.



## 13.4. Intensidade diferencial da experiência

Embora os impactos das operações policiais afetem tanto quem é contrário quanto quem é favorável a elas, e com praticamente a mesma hierarquia, há diferenças relevantes na prevalência. Em quase todos os acontecimentos observados, a proporção de pessoas impactadas é mais elevada entre aqueles que discordam das operações.

Esse padrão indica que o posicionamento em relação às operações não se explica apenas por alinhamentos abstratos ou opiniões prévias sobre segurança pública. Os resultados sugerem que essa posição está diretamente associada à intensidade da experiência vivida nos territórios. Moradores que discordam relatam com mais frequência a exposição a situações de violência direta, violações de direitos e restrições mais severas à mobilidade.

Esse achado ganha relevância quando articulado ao dado de que a vivência das operações é praticamente universal entre os moradores. Ou seja, não se trata de uma diferença entre quem vive e quem não vive essas experiências, mas de como e com que intensidade elas são vividas. A experiência é compartilhada, mas distribuída de forma desigual.

O gradiente de posições observado, portanto, não pode ser compreendido apenas como uma oposição entre favoráveis e contrários às operações, mas como expressão de experiências desigualmente intensas. A discordância aparece, assim, menos como uma posição ideológica e mais como uma leitura informada por vivências concretas, reiteradas e, em muitos casos, mais violentas.

As narrativas dos grupos focais reforçam essa interpretação ao evidenciar que o posicionamento crítico está ancorado na experiência acumulada nos territórios:

*“Quem vive mais isso sabe que não é solução.”*

*“O apoio existe, mas quase sempre vem com um ‘mas não assim.’”*

Ao mesmo tempo, os dados indicam que a concordância com as operações também não se apresenta de forma homogênea ou irrestrita. Em muitos casos, ela aparece tensionada por ambivalências, sendo atravessada por sentimentos de medo, insegurança e ausência de alternativas percebidas:

*“Às vezes o apoio vem do desespero, não da concordância.”*

*“Tem apoio que nasce do medo e da falta de alternativa.”*

Assim, a universalização da experiência não produz uniformidade de percepções. Ao contrário, ela convive com diferenciações marcadas pela intensidade da exposição à violência, o que contribui para a produção de leituras distintas sobre legitimidade, eficácia e limites das operações policiais.

Esse ponto é central para a arquitetura do estudo: mais do que opiniões divergentes, o que está em jogo são experiências desigualmente distribuídas que estruturam, de forma concreta, os posicionamentos dos moradores.

## **13.5. Violência grave e horizonte de risco de letalidade**

Embora menos frequentes, não ultrapassando 1%, eventos de letalidade ou de alto risco letal – morte, sequestro, vítima de tiro – apareceram espontaneamente nas respostas sobre impactos vivenciados consigo ou com familiares. Em termos amostrais, essa prevalência pode representar entre 750 e 1.500 moradores impactados por violações tão graves.

Embora sejam discretos percentualmente, esses eventos são expressivos em termos sociais. A violência letal e os acontecimentos extremos funcionam como horizonte permanente de risco, influenciando percepções, comportamentos e avaliações das operações policiais. Mesmo quando não vivenciados diretamente, esses eventos circulam socialmente e produzem efeitos coletivos:

*“A gente sabe que pode acontecer a qualquer momento.”*

*“Hoje foi com o vizinho, amanhã pode ser com qualquer um.”*

*“O confronto não acaba quando o tiro para.”*

*“Tem lugar onde o trauma fica mesmo quando o Caveirão vai embora.”*

Esse achado é importante porque afasta a interpretação de que a baixa frequência percentual equivaleria à irrelevância social. Ao contrário, tratam-se de eventos que, mesmo não predominantes, ajudam a organizar a percepção do risco e a memória coletiva da violência.

## **13.6. A ausência de impacto como dado minoritário**

A ausência de percepção de impactos sofridos por si ou por familiares, mesmo entre as pessoas que vivenciaram situações de operação policial, é minoritária em ambos os grupos, seja entre aqueles que discordam, seja entre os que concordam com as operações. Ainda assim, observa-se que essa proporção é mais elevada entre os que concordam - 27,7% - do que entre os que discordam - 15,9%, indicando uma diferença relevante na forma como os impactos são vivenciados e percebidos. Esse resultado sugere que, embora a experiência das operações policiais seja amplamente compartilhada nos territórios, ela não se distribui de maneira homogênea.

Uma primeira hipótese interpretativa refere-se justamente a essa diferença de intensidade da experiência. A maior incidência de impactos entre os que discordam reforça a leitura de que o posicionamento crítico está associado a uma vivência mais recorrente e mais severa das operações.

Uma segunda hipótese diz respeito à heterogeneidade interna dos territórios. Mesmo em contextos de forte incidência de operações, a exposição à violência não é uniforme, variando conforme localização, dinâmicas locais e formas de inserção social. Nesse cenário, moradores que se encontram em áreas ou situações de menor exposição relativa podem vivenciar menos diretamente os impactos, limitando a percepção sobre eles, o que também contribui para níveis mais elevados de concordância com as operações policiais.

Uma terceira hipótese envolve a dimensão perceptiva e simbólica dos impactos. Determinadas experiências podem não ser reconhecidas como “impacto”, seja por processos de naturalização da violência, seja pela incorporação dessas situações como parte do cotidiano. Nesse caso, não reconhecer que foi afetado por alguma violação não necessariamente indica ausência de efeitos, mas formas distintas de percepção e elaboração da experiência.

Por fim, uma quarta hipótese aponta para a existência de um grupo minoritário que, de fato, vivencia menos impactos diretos das operações, o que pode contribuir para a sustentação de posições mais favoráveis, ainda que não necessariamente isentas de ambivalências.

As narrativas dos grupos focais ajudam a qualificar essa leitura ao evidenciar que a concordância com as operações é frequentemente acompanhada de ressalvas, tensões e desconfortos em relação à forma como elas são conduzidas:

*“Mesmo quem concorda com operação não concorda com o jeito como ela é feita.”*

*“A operação não traz segurança para dentro de casa.”*

*“Não tem como não ter operação, se não vai sobrar pra gente. Mas não pode ser dessa forma.”*

Essas falas indicam que o apoio não implica adesão irrestrita, mas frequentemente assume a forma de uma concordância condicionada, marcada por críticas às práticas operacionais e aos efeitos produzidos no cotidiano.

Dessa forma, o resultado contribui para desfazer a oposição simplista entre apoio e experiência. Também entre os apoiadores, a vivência de impactos é ampla, embora distribuída de forma desigual e interpretada de maneiras distintas. Mais do que uma divisão entre quem aprova e quem reprova, os dados apontam para diferentes formas de exposição, percepção e elaboração das experiências vividas nos territórios.

**Tabela 18:** Durante a operação policial, você ou alguém da sua família foi afetado por algum dos atos que vou mencionar?

		Total da Amostra elegível	
	n=	2.845	915
	N=	144.283	47.081
Respostas		Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Nenhum / Não foi afetado(a)		15,9%	27,7%
Restrição de circular		51,0%	41,5%
Invasão ou violação de patrimônio		37,5%	22,9%
Bala perdida / Tiroteio		30,5%	20,7%
Agressão / Violência / humilhação		25,9%	11,1%
Revista		22,3%	12,5%
Extorsão / Roubo ou furto de pertences		10,5%	4,7%
Sequestro		1,0%	0,3%
Morte		0,7%	0,3%
Vítima de tiro		0,1%	-
Interrupção de serviços		0,1%	-
Detenção		0,1%	0,2%
Saúde mental / Trauma		0,1%	-
Assédio sexual / Estupro		-	0,1%
Outra resposta		0,6%	0,3%
Não respondeu		-	0,1%

Notas:

- i. Para aqueles que responderam “Sim” foi perguntado se o próprio ou alguém da família foi afetado por determinados atos.
- ii. Neste quesito, as respostas pré-definidas foram lidas para o entrevistado.
- iii. As linhas sem cor são respostas que já estavam categorizadas no formulário e foram lidas.
- iv. As linhas com a cor cinza foram respostas registradas no campo “Outro(a)” e especificadas pelo(a) entrevistador(a). A maioria dessas respostas foi categorizada no tratamento dos dados.

## 14. Vivência cotidiana, medo e estratégias de sobrevivência

Os grupos focais aprofundam a compreensão dos dados ao evidenciar como as operações são vividas no cotidiano.

As operações produzem:

- **confinamento doméstico**
- **interrupção de rotinas**
- **reorganização de trajetórias**
- **monitoramento constante da situação**

Os moradores relatam estratégias recorrentes:

- **evitar circular durante operações**
- **alterar horários de trabalho e estudo**
- **acompanhar informações por redes locais**
- **orientar crianças sobre como se proteger**

O medo aparece como elemento central, não apenas durante as operações, mas também nos períodos entre elas.

*“Em dia de operação, a rotina vira estratégia.”*

*“Muda rota, muda horário, muda tudo.”*

*“As crianças aprendem cedo o que não deveriam aprender.”*

*“A gente aprende onde se esconder antes de aprender a confiar.”*

*“O medo também responde pesquisa.”*

*“Nem todo mundo se sente seguro para falar o que pensa.”*

O levantamento qualitativo mostrou que a experiência das operações não é apenas reativa. Ela produz aprendizagem, adaptação, vigilância e silenciamento, configurando uma gramática cotidiana de sobrevivência.



### **Sensação de insegurança, medo e clima emocional**

O eixo 3 analisa a produção do sentimento de indignação e da sensação de medo associados à experiência das operações policiais com confronto armado. Diferentemente dos eixos 1 e 2, que abordam posicionamentos e vivências diretas, este eixo trata do clima emocional produzido pela presença da polícia e dos grupos armados que controlam a venda de drogas no território.

Os termos sentimentos e sensações são utilizados para designar respostas produzidas a partir de situações como violência armada, restrição de circulação, invasão de domicílio, perdas e humilhações. As perguntas analisadas distinguem intensidades: “bastante”, “um pouco” e “não sente”. As duas respostas afirmativas foram, eventualmente, agregadas para a leitura analítica.

As questões sobre acontecimentos que causam indignação ou medo são de resposta múltipla, o que significa que a soma dos percentuais ultrapassa 100%, pois se referem à quantidade de pessoas, e não de respostas.

---

### **15. Indignação ou revolta e medo com a atuação da polícia durante as operações**

A insatisfação com a atuação da polícia durante as operações no território é amplamente disseminada entre os moradores entrevistados: 75% expressam algum nível de indignação, sendo 2/3 destes em grau elevado.

Esse resultado indica que a reação predominante não é de neutralidade, mas de incômodo ativo e julgamento crítico. A indignação aparece como elemento estruturante da relação com a atuação policial, confirmando um desgaste relevante da legitimidade da ação estatal.

Mais do que uma reação pontual, trata-se de um sentimento ancorado em experiências reiteradas de violência, desrespeito e ruptura da vida cotidiana — aspectos já evidenciados no eixo 2.

*“Tem muita indignação com a forma como a operação aconteceu.”*

*“A operação não entra só com arma; entra com humilhação.”*

A atuação policial aparece como fonte relevante de risco, indicando uma inversão na percepção do papel do Estado, que passa a ser vivido, em muitos casos, como elemento de ameaça. No total, 78% dos entrevistados declararam sentir medo e sete em cada dez admitiram sentir bastante medo.

*“A gente sente medo da polícia.”*

*“O medo não é só do confronto, é da própria ação.”*

## **15.1. Indignação ou medo com a atuação da polícia durante as operações segundo o posicionamento**

A indignação com a atuação da polícia durante as operações não se restringe aos que são contrários às operações, mas aparece também entre os favoráveis. No primeiro caso, 86% sentem indignação. No último, a prevalência é menor, mas, ainda assim, 48% admitiram esse sentimento, apesar de concordarem com as operações policiais que ocorrem no território.

No grupo que discorda das operações, a prevalência em relação à sensação de medo foi muito semelhante à da indignação: 85% da população da amostra. No entanto, entre os que concordam com as operações, a sensação de medo foi declarada por 59% - e quase metade declarou sentir bastante medo. Esses dados reforçam a ambivalência dos posicionamentos e ausência de confiança majoritária.

*“Mesmo quem concorda não concorda com o jeito.”*

*“O apoio sempre vem com um ‘mas não assim’.”*

**Tabela 19:** Sente “indignação ou revolta” com a atuação da polícia nas operações no território?

		Total da Amostra		
n=		4.080	3.013	985
N=		208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	
Bastante indignação ou revolta	50%	63%	16%	
Um pouco de indignação ou revolta	25%	23%	32%	
Não sente	24%	14%	51%	
Não respondeu	1%	-	-	
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

**Tabela 20:** E sente “medo” da atuação da polícia nas operações no território?

		Total da Amostra		
n=		4.080	3.013	985
N=		208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	
Bastante medo	57%	67%	28%	
Um pouco de medo	21%	18%	31%	
Não sente	21%	14%	41%	
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

## 16. O que produz indignação ou medo com a atuação da polícia durante as operações

Para aqueles que declararam sentir indignação ou medo com a atuação dos policiais durante as operações, que somam 86% da população da amostra, foi perguntado qual acontecimento ou situação causa algum desses sentimentos (ou sensação), tendo sido aceitas mais de uma resposta.

As pessoas que discordam das operações mencionaram, em média, mais acontecimentos ou situações do que as pessoas que concordam, fazendo com que os percentuais fossem, em geral, maiores. Mas houve expressiva diferença na frequência de algumas respostas que aparecerem em ambos os perfis, alterando até a hierarquia das mesmas. Invasão ou violação de casas, veículos ou estabelecimentos comerciais, interrupção dos serviços públicos, presença do Caveirão (veículo blindado da polícia), tiros de helicóptero, as armas, extorsão ou roubo/furto de pertences, execução / mortes e revista a pessoas e pertences têm, comparativamente, um peso mais relevante para os que discordam das operações policiais. Ainda comparando, bala perdida, desrespeito com os moradores e restrição de circular têm peso mais relevante para os que concordam com as operações policiais com confronto armado.

*“A operação muda tudo: escola, trabalho, circulação.”*

*“O maior impacto é não poder viver a rotina.”*

**Tabela 21:** O que te deixa com “indignação, revolta ou medo” na atuação da polícia durante as operações?

	Total da Amostra elegível	
	n=	673
	N=	35.364
Respostas	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Bala perdida	57,2%	37,2%
Desrespeito com os moradores	54,6%	34,3%
Agressão, Violência ou Humilhação	50,6%	22,5%
Invasão ou Violação de Patrimônio	42,9%	23,3%
Restrição de circular	40,7%	25,7%
Interrupção dos Serviços Públicos	36,8%	19,6%
Caveirão	25,2%	8,1%
Tiros de helicóptero	24,7%	11,1%
As armas	24,1%	8,5%
Extorsão ou roubo/furto de pertences	17,8%	8,7%
Execução / Mortes	17,2%	6,5%
Revista	14,4%	6,3%
Detenção injusta / Sequestro	3,2%	1,4%
Racismo	0,2%	-
Horário	0,1%	0,5%
Falta de eficiência, planejamento ou preparo	0,1%	0,1%
Afeta pessoas inocentes	0,1%	0,1%
Corrupção	-	0,3%
Covardia	0,1%	0,2%
Arbitrios /Abuso de poder	-	0,2%
Outra resposta	0,2%	0,3%
Não respondeu	0,1%	0,3%

Notas:

- i. Para aqueles que responderam “Bastante” ou “Um pouco”, seja para indignação ou medo, foi perguntado o que causa essa(s) sensação(ões).
- ii. Este quesito teve resposta espontânea.
- iii. As linhas sem cor são respostas que, embora não tenham sido lidas durante a entrevista, já estavam categorizadas no formulário, conduzindo o(a) entrevistador(a) a interpretar a resposta e assinalar a respectiva categoria.
- iv. As linhas com a cor cinza foram respostas registradas no campo “Outro(a)” e especificadas pelo(a) entrevistador(a). A maioria dessas respostas foi categorizada no tratamento dos dados.

## 17. Indignação ou revolta e medo em relação aos traficantes

A parcela de pessoas que declarou sentir medo ou indignação em relação aos grupos armados é inferior à observada em relação à atuação da polícia. No entanto, essa diferença não pode ser interpretada de forma simplificada. A menor incidência pode refletir:

- diferenças na natureza da experiência
- limites na expressão aberta
- receios associados ao contexto territorial
- conformidade devido à presença cotidiana em oposição à intempestivas e inesperadas operações

### 17.1. Indignação ou medo com a atuação dos traficantes segundo o posicionamento

Como era de se esperar, os dados revelam que, entre quem concorda com as operações, há proporcionalmente mais pessoas que sentem indignação ou medo dos traficantes do que entre aqueles que discordam das operações policiais.

Mas há um fato relevante nos resultados sobre indignação e medo entre os que concordam com as operações com confronto armado. Combinando os resultados, uma peculiaridade pode ser depreendida:

(i)

a parcela de 61% de pessoas que sentem indignação com a atuação dos traficantes é maior do que a parcela que sente indignação em relação à polícia, que soma 48%;

(ii)

a parcela de 53% de pessoas que sentem medo da atuação dos traficantes é menor o que a parcela que sente medo diante da atuação da polícia, que soma 59%.

## Em outras palavras, estes números indicam que:

- o sentimento de indignação em relação aos traficantes move mais pessoas a se posicionarem a favor das operações do que a sensação de medo;
- entre as pessoas que concordam com as operações policiais com confronto armado, há mais pessoas com medo da atuação da polícia do que dos traficantes.

Portanto, apesar do medo em relação à polícia ser mais prevalente do que em relação aos traficantes, a indignação se mostra como uma componente bastante mobilizadora da concordância.

Esses resultados sugerem que o posicionamento em relação às operações está diretamente relacionado à forma como diferentes violências são hierarquizadas. Em geral, aprovar ou reprovar as operações policiais decorre de atribuir maior ou menor centralidade a determinadas percepções, sentimentos e sensações. Nessa perspectiva, é infundado, vazio e estigmatizante o discurso de que há uma dualidade entre os posicionamentos, na qual discordar das operações policiais significaria, opostamente, ser favorável aos traficantes ou, tal qual, concordar com as operações significaria aprová-las satisfatoriamente.

*“A gente vive entre duas violências.”*

**Tabela 22:** Sente “indignação ou revolta” com a atuação dos traficantes de drogas no território?

	Total da Amostra		
n=	4.080	3.013	985
N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Bastante indignação ou revolta	20%	16%	35%
Um pouco de indignação ou revolta	25%	25%	26%
Não sente	52%	57%	37%
Não respondeu	2%	2%	2%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**Tabela 23:** E sente "medo" da atuação dos traficantes de drogas no território?

		Total da Amostra		
n=	4.080	3.013	985	
N=	208.664	153.329	51.711	
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	
Bastante medo	18%	13%	30%	
Um pouco de medo	22%	23%	23%	
Não sente	59%	61%	46%	
Não respondeu	2%	3%	1%	
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

## 18. O que produz indignação na atuação dos grupos civis armados

Para aqueles que declararam sentir indignação ou medo na atuação dos traficantes de drogas, que somam 53% da população da amostra, foi perguntado qual acontecimento ou situação causa algum desses sentimentos (ou sensação) na atuação dos traficantes, tendo sido aceitas mais de uma resposta.

As pessoas que concordam com as operações policiais mencionaram, em média, mais acontecimentos ou situações do que as pessoas que discordam, fazendo com que os percentuais fossem, em geral, maiores. Mas houve expressiva diferença na frequência de algumas respostas que aparecem em ambos os perfis, alterando até a hierarquia das mesmas. Desrespeito com os moradores, bala perdida, armas, som alto ou bagunça, agressão, violência ou humilhação e barricadas têm um peso bem relevante para ambos os perfis. O resultado desse quesito é um dos que mais aproximam os entrevistados que concordam e discordam das operações policiais.

**Tabela 24:** O que te deixa com “indignação, revolta ou medo” na atuação dos traficantes de drogas?

	Total da Amostra elegível	
	n=	698
	N=	35.246
Respostas	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Desrespeito com os moradores	18,1%	37,6%
Bala perdida	20,4%	31%
As armas	17,2%	26,5%
Som alto ou bagunça	13,8%	25,1%
Agressão, violência ou humilhação	10,3%	23,7%
Barricadas	14,7%	21,6%
Cobranças de taxas por serviços	7,2%	16,9%
Vadiagem	6,2%	14,7%
Andar à noite na rua	6,3%	14,5%
Restrição de circular	6,9%	14,3%
Invasão ou violação de patrimônio	4,4%	12,9%
Extorsão / Roubo ou furto de pertences	2,6%	9,2%
Execução	3,9%	9%
Revista	1,9%	4,6%
Sequestro	0,8%	1,9%
Confrontos	0,3%	1%
Exposição / Oferta de drogas	0,4%	1,1%
Homofobia	0,2%	0,4%
Aliciamento de crianças / jovens	0,1%	0,3%
Mortes por tiro	0,1%	0,2%
Mau exemplo para crianças e jovens	0,1%	0,2%
Arbítrios ou Privação de liberdade	0,1%	0,1%
Assédio sexual /estupro	0,1%	-
Outra resposta	0,5%	0,9%
Sem informação	1,3%	0,7%

Notas:

- i. Para aqueles que responderam “Bastante” ou “Um pouco”, seja para indignação ou medo, foi perguntado o que causa essa(s) sensação(ões).
- ii. Este quesito teve resposta espontânea.
- iii. As linhas sem cor são respostas que, embora não tenham sido lidas durante a entrevista, já estavam categorizadas no formulário, conduzindo o(a) entrevistador(a) a interpretar a resposta e assinalar a respectiva categoria.
- iv. As linhas com a cor cinza foram respostas registradas no campo “Outro(a)” e especificadas pelo(a) entrevistador(a). A maioria dessas respostas foi categorizada no tratamento dos dados.

MARÉ PEDEPAZ



### Legitimidade, moralidade e efeitos das operações policiais

Este eixo analisa como os moradores avaliam a atuação policial nas favelas, articulando cinco dimensões centrais:

- reconhecimento de ilegalidades
- julgamento moral dos abusos
- aceitação ou rejeição da letalidade
- avaliação do modelo de operação
- efeitos concretos na vida cotidiana

Diferentemente do eixo 1, que aborda o campo de posições, e do eixo 3, que examina os sentimentos e o clima emocional produzido pelas operações, este eixo se concentra na dimensão normativa e interpretativa, ou seja, em como os moradores julgam, justificam ou rejeitam a ação estatal.

Os resultados revelam não apenas crítica, mas uma estrutura complexa de ambivalência normativa, na qual coexistem:

- rejeição aos abusos
- tolerância condicionada à violência
- diferenciações internas sobre legitimidade

---

A leitura dos dados é complementada por falas dos grupos focais, que permitem compreender como essas posições são produzidas em contextos marcados por medo, desigualdade e exposição contínua à violência.

Este eixo é central porque mostra que a crise de legitimidade das operações não se limita à experiência concreta de seus efeitos ou aos sentimentos que produzem, mas se expressa também na forma como a população julga moral e politicamente a atuação do Estado.

## 19. Reconhecimento de ilegalidades: um consenso transversal

Ao serem perguntados se a polícia comete excessos e ilegalidades durante as operações, 91% da amostra responderam que “sim” ou que “sim, às vezes”.

Entre aqueles que discordam das operações, 95% da amostra compartilha essa percepção. Esse resultado sugere que tal entendimento se constitui como um dos principais fatores em comum entre os que se posicionam discordantes às operações policiais com confronto armado. Além disso, entre os que concordam com as operações, 52% responderam que “sim” e 33% que “sim, às vezes”, o que soma 85%. Esse é um dos resultados desse estudo que mais expressivamente aproxima os pontos de vista dos que discordam e concordam com as operações policiais.

O reconhecimento da ilegalidade não depende da posição sobre as operações. Mesmo entre os favoráveis, a percepção de abuso é majoritária. Há, portanto, um consenso social robusto sobre o caráter problemático da atuação policial.

Esse resultado sugere que o debate público não se organiza entre quem vê e quem não vê a violência, mas entre diferentes formas de interpretar, justificar, tolerar ou resignar-se diante dela. Em outras palavras, o conhecimento da violência já é amplamente compartilhado – o ponto em disputa é o que fazer com esse conhecimento, como lidar com ele e em que medida ele é convertido em crítica, aceitação resignada ou demanda por mudança.

*“Tem muita indignação com a forma como a operação acontece.”*

*“A polícia entra como força, não como cuidado.”*

Essas falas reforçam que o reconhecimento dos excessos não é abstrato, mas ancorado em experiências concretas e recorrentes. Esse é um dos achados mais fortes do eixo: a legitimidade das operações já nasce fragilizada pelo fato de que a percepção de abuso é quase consensual.

## 20. Julgamento moral: rejeição quase absoluta dos abusos

A rejeição moral dos abusos é praticamente consensual – 90% consideram inaceitáveis, alcançando 95% daqueles que discordam das operações policiais. Até entre os que concordam com as operações, 74% consideram as práticas ilegais inaceitáveis. Isso revela uma distinção fundamental: aceitar operações não significa aceitar violência ilegal e abusos.

*“O apoio existe, mas quase sempre vem com um ‘mas não assim.’”*

*“Tem gente que apoia, mas não apoia do jeito que acontece.”*

Essas falas dos grupos focais ajudam a explicar a coexistência entre concordância e crítica, evidenciando um padrão de apoio condicionado. Esse ponto é decisivo porque mostra que a ambivalência presente no estudo não significa indiferença moral. Ao contrário, ela convive com um forte julgamento negativo dos abusos.

**Tabela 25:** Acha que a polícia comete excessos e ilegalidades durante as operações?

	Total da Amostra		
n=	4.080	3.013	985
N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Sim	71%	79%	52%
Às vezes	20%	16%	33%
Não	7%	4%	14%
Não respondeu	1%	1%	1%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**Tabela 26:** Em relação aos excessos e ilegalidades que ocorrem durante as operações policiais, com qual afirmativa mais concorda?

		Total da Amostra elegível		
n=		3.735	2.871	821
N=		191.119	145.532	43.696
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	
São inaceitáveis / Nada justifica o que acontece	90%	95%	74%	
São aceitáveis como parte de uma operação em favela	9%	4%	24%	
Não respondeu	1%	1%	2%	
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

Nota: Para aqueles que responderam "Sim" ou "Às vezes" foram apresentadas três afirmativas para ser escolhida a que mais concordassem.

## 21. Letalidade: o núcleo da ambivalência

A letalidade não é legitimada de forma direta, mas é amplamente normalizada como inevitável. Poucos defendem explicitamente o ato de matar, mas a maioria aceita sua ocorrência como parte da realidade das operações.

Enquanto, no geral, 41% optaram pela afirmativa que dizia "Nunca está certo matar durante as operações", 54% optaram pela afirmativa que dizia que "deve ser evitado matar, mas há situações em que não há como evitar".

A afirmativa mais radical entre as que foram oferecidas aos entrevistados, que dizia que "geralmente, nas operações, a Polícia precisa matar", só teve a adesão de 3%. Todavia, entre os que concordam com as operações policiais com confronto armado, a adesão sobe para 8% dos entrevistados.

Até entre os que discordam das operações policiais, a afirmativa "Nunca está certo matar durante as operações" foi a opção de 48%, ou seja, pouco menos da metade. Já no grupo que concorda com as operações, a adesão a esta afirmativa foi de apenas 21%.

Os resultados deste quesito são elucidativos porque mostram que a letalidade não se apresenta, para a maior parte dos moradores, como valor positivo ou como objetivo desejável, mas como algo incorporado a uma percepção de ausência de controle, de falta de alternativas e de baixa capacidade de imaginar outros modos de atuação estatal. Mais do que legitimação plena da morte, o que aparece é uma combinação de desesperança, resignação e naturalização de um padrão violento já consolidado no território.

**Tabela 27:** Quando ocorrem mortes durante as operações policiais, com qual afirmativa concorda?

		Total da Amostra		
	n=	4.080	3.013	985
	N=	208.664	153.329	51.711
Respostas		Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Geralmente, nas operações, a Polícia precisa matar		3%	1%	8%
Deve ser evitado matar, mas há situações em que não há como evitar		54%	50%	70%
Nunca está certo matar durante as operações		41%	48%	21%
Não respondeu		1%	1%	1%
<b>Total</b>		<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

*“Não é defesa da morte; é sensação de perda de controle.”*

*“Tem apoio que nasce do desespero, não da concordância.”*

Esse ponto permite qualificar o debate: a percepção de abuso policial é praticamente consensual, mas isso não elimina formas de tolerância resignada à violência letal. O desafio, portanto, não é apenas demonstrar que a violência existe, o que é amplamente reconhecido, mas disputar social e politicamente o que fazer diante desse reconhecimento e como construir alternativas ao atual repertório de intervenção.

## 22. Modelo de operação: reprovação estrutural

Foi perguntado se as operações policiais que acontecem nas favelas do Rio de Janeiro precisam continuar a ser realizadas da forma como acontecem. Esse é um dos resultados centrais do eixo. Mesmo entre os que concordam com as operações, apenas 20% defendem o modelo atual.

No geral, 68% aderiram à afirmativa “precisam ser realizadas de outra forma” e 24% à afirmativa “não deveriam ser realizadas operações policiais em favelas”. Isso significa que 92% reprovam o modelo atual.

A afirmativa que teve a adesão majoritária somou 67% dos que discordam das operações (ao passo que 31% optaram pela afirmativa que rejeita sua realização em favelas). No entanto, merece destaque o fato de 74% dos que concordam com as operações policiais terem aderido à afirmativa que defende a necessidade de mudança na forma como são realizadas.

Os resultados evidenciam que o apoio às operações não corresponde a apoio integral ao padrão vigente de atuação policial. Há uma demanda nítida por transformação das práticas policiais. Isso indica que, para uma parcela importante da população, o apoio às operações não deriva de confiança no modelo atual, mas de uma percepção de ausência de alternativas efetivas por parte do Estado. Em muitos casos, o apoio parece assumir forma resignada: não como adesão entusiasmada, mas como resposta condicionada ao medo, à insegurança e à percepção de que não há outra política disponível ou visível.

**Tabela 28:** Acha que as operações policiais que acontecem nas favelas do Rio de Janeiro precisam continuar a ser realizadas da forma como acontecem?

		Total da Amostra		
	n=	4.080	3.013	985
	N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	
Sim, da forma como são realizadas (não tem como mudar)	6%	2%	20%	
Precisam ser realizadas de outra forma	68%	67%	74%	
Não deveriam ser realizadas operações policiais em favelas	24%	31%	5%	
Não respondeu	1%	1%	1%	
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

*“Operação não é solução; é sinal de que tudo falhou antes.”*

*“O território pede presença do Estado, não só presença da polícia.”*

As falas dos grupos focais reforçam que a crítica não se limita à operação em si, mas ao modelo de segurança pública como um todo. Esse é um ponto especialmente importante para a síntese geral do estudo: até o minoritário apoio social nos territórios estudados convive com uma percepção generalizada de que o modelo atual é inadequado, insuficiente ou destrutivo.

## 23. Efeito concreto: segurança das famílias

A pesquisa indagou a percepção dos moradores sobre os efeitos das operações policiais na segurança concreta de suas famílias na vida cotidiana no território. A pergunta teve como objetivo identificar se elas são percebidas como capazes de melhorar, piorar ou não alterar a segurança vivida pelos moradores.

Pouco mais da metade – 52% – optou pela afirmativa “não melhoram nem pioram a proteção e a segurança da família”. Além disso, 43% aderiram à afirmativa referente à piora da segurança e da proteção.

Analisando conforme o posicionamento em relação às operações policiais com confronto armado, nota-se que 52% dos que discordam acham que pioram a segurança e a proteção, enquanto 19% entre os que concordam pensam o mesmo. Já na adesão à afirmativa de que as operações não melhoram nem pioram a proteção e a segurança da família, ficaram 46% dos que discordam e 66% dos que concordam.

Ainda que as variações sejam expressivas, cabe considerar a soma desses percentuais, que representa todos aqueles que não veem as operações como instrumentos de melhoria da proteção e segurança da família. No geral, são 95% que pensam assim; entre os que discordam das operações são 98%; entre os que concordam, são 85%. Mesmo entre os que concordam, apenas 14% percebem melhora na proteção e segurança da família. Ou seja, a eficácia das operações é vista como baixa, inclusive para quem as defende.

**Tabela 29:** Pensando em proteção e segurança da sua família, acha que as operações policiais...

		Total da Amostra		
	n=	4.080	3.013	985
	N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	
... pioram a segurança e a proteção da sua família	43%	52%	19%	
... não melhoram nem pioram a proteção e a segurança da sua família	52%	46%	66%	
... melhoram a proteção e a segurança da sua família	4%	1%	14%	
Não respondeu	1%	-	1%	
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

*“A operação não traz segurança para dentro de casa.”*

*“O crime continua, e a favela fica com o prejuízo.”*

Esse resultado é particularmente relevante porque enfraquece um dos principais argumentos que poderiam sustentar legitimidade para as operações: sua capacidade de produzir segurança concreta para as famílias. Em termos agregados, predomina a percepção de que as operações pioram a situação ou simplesmente não alteram de forma positiva o cotidiano da população.

## 24. Limite da violência extrema

Apesar do limite social claro à violência extrema, a pergunta sobre a replicação, em outras favelas da cidade, de operações policiais como a que aconteceu nos complexos da Penha e do Alemão, que vitimou 122 pessoas, revelou uma das principais clivagens desse estudo.

Enquanto, entre os que discordam das operações policiais com confronto armado, apenas 6% acham que precisa ser replicada, entre os que concordam com as operações, a prevalência foi de 36%. Ou seja, há uma parcela de pessoas – mais de 1/3 das que concordam com as operações e 14% do total da amostra – que flexibiliza o limite da violência extrema e defende que a operação policial que executou mais de uma centena de pessoas deva acontecer outras vezes. Neste sentido, é possível pensar que há uma fração dos moradores, embora minoritária, que se incomoda com excessos e ilegalidades durante as operações policiais, mas não com a execução de suspeitos de envolvimento com os grupos civis armados.

Entretanto, cabe destacar o outro lado desses resultados: 85% acham que essas operações letais não devem ser repetidas. São 93%, entre os que discordam das operações policiais com confronto armado, e 63%, entre os que concordam.

**Tabela 30:** Acha que operações policiais de grande porte, como a que aconteceu no Complexo da Penha/ Alemão, que resultou na morte de 117 suspeitos, precisam acontecer outras vezes em mais favelas da cidade?

	Total da Amostra		
n=	4.080	3.013	985
N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Não	85%	93%	63%
Às vezes	7%	4%	16%
Sim	7%	2%	20%
Não respondeu	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%

*“A morte não pode ser política pública.”*

*“Quem enterra os mortos sabe que isso não resolve.”*

Esse bloco indica a diferença mais aguda entre os perfis e mostra que a principal fronteira normativa não está apenas no apoio às operações, mas na disposição de admitir, ainda que seja minoritária, ou rejeitar operações de altíssima letalidade.



WARRIORS  
FISHA

AERREADY

## 25. Responsabilização política

Quando perguntados se tinham conhecimento sobre a esfera governamental responsável pelas operações policiais nas favelas (esferas federal, estadual ou municipal, representadas nas respostas pelo respectivo Chefe do Executivo à época das entrevistas), 86% responderam ser o Governador Cláudio Castro. Portanto, há expressiva identificação do governo estadual como o responsável pela política de segurança. Isso indica que a população, majoritariamente, reconhece o locus decisório e não atribui a violência a fatores difusos.

Todavia, como havia a possibilidade de mais de uma resposta (resposta múltipla), 21% dos entrevistados citaram mais de um responsável. Ao todo, as 4.080 pessoas entrevistadas produziram 5.386 respostas.

Com isso, 20% das pessoas entrevistadas atribuíram responsabilidade única ou compartilhada ao Prefeito Eduardo Paes e outras 20%, ao Presidente Lula, que eram as demais respostas estimuladas. Outras respostas declaradas espontaneamente foram dispersas em percentuais que não alcançaram 1%.

Entre os que concordam com as operações policiais, há uma prevalência menor de pessoas atribuindo a responsabilidade ao Governador Cláudio Castro (80%, contra 88% entre os que discordam) e maior ao Presidente Lula e ao Prefeito Eduardo Paes (29% ao Presidente Lula e 24% ao Prefeito Eduardo Paes, contra 17% e 19% entre os que discordam, respectivamente). Isso sugere, primeiramente, um viés político ideológico de uma parcela dos moradores na construção do seu posicionamento em relação às operações policiais com confronto armado, o que se contrapõe às respostas iniciais sobre a contribuição de discursos de políticos ou partidos.

Entretanto, é justamente entre os que concordam com as operações policiais que a responsabilidade é proporcionalmente atribuída por menos pessoas ao governo estadual e por mais pessoas às esferas municipal e federal. Este fato também sugere um reconhecimento implícito de que as operações são ineficientes ou inadequadas em termos de efetividade. Essa hipótese é coerente com as respostas de parte das pessoas entrevistadas que concordam com elas nos quesitos que indagaram sobre a proteção e a segurança da família e sobre a avaliação do modelo atual das operações.

**Tabela 31:** Na sua opinião, as operações policiais nas favelas são responsabilidade de qual governo: do Presidente Lula, do Governador Cláudio Castro ou do Prefeito Eduardo Paes?

	Total da Amostra		
n=	4.080	3.013	985
N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Governador Cláudio Castro	86%	88%	80%
Prefeito Eduardo Paes	20%	19%	24%
Presidente Lula	20%	17%	29%
Os três / Todos	0%	0%	0%
Bolsonaro / Políticos de direita	0%	0%	0%
Sociedade / Muitos fatores	0%	0%	0%
Alexandre de Moraes / Judiciário	0%	0%	0%
Chefia / Comando da Segurança Pública	0%	-	0%
Moradores	0%	0%	0%
Nenhum dos três	0%	0%	0%
Outra resposta	0%	0%	-
Não respondeu	4%	4%	4%

Notas:

- i. Este quesito teve resposta espontânea (os nomes dos chefes do executivo foram mencionados somente na pergunta).
- ii. As linhas sem cor são respostas que, embora não tenham sido lidas durante a entrevista, já estavam categorizadas no formulário, conduzindo o(a) entrevistador(a) a interpretar a resposta e assinalar a respectiva categoria.
- iii. As linhas com a cor cinza foram respostas registradas no campo "Outro(a)" e especificadas pelo(a) entrevistador(a). A maioria dessas respostas foi categorizada no tratamento dos dados.
- iv. Foram aceitas mais de uma resposta, por isso a soma dos percentuais ultrapassa 100%.

***"A segurança vira palanque, e a favela vira alvo."***

Esse dado sugere que a crítica dos moradores não se restringe às dimensões morais ou emocionais, mas também incorpora uma leitura de natureza política, na qual se delineia uma identificação relevante de responsabilidade institucional. Trata-se de um resultado importante, pois indica a existência de condições favoráveis para estratégias de advocacy, incidência e diálogo com o poder público, especialmente em contextos eleitorais. Os dados apontam que uma parcela significativa dos moradores das quatro favelas pesquisadas reconhece quem são os atores responsáveis pelas decisões relacionadas a esse modelo de operação.

## 26. A lei do silêncio

Para relativizar o grau de liberdade e o significado dessa interação e reflexão estruturada no questionário, foi perguntado se há o sentimento de medo em expressar a opinião sobre segurança pública na favela com amigos e vizinhos. A população da amostra ficou dividida: 48% disseram que “não”, 52% afirmou sentir medo, somando os percentuais de quem respondeu “sim” ou “às vezes”.

Este quesito teve resultado praticamente igual entre os que discordam ou concordam com as operações policiais com confronto armado. A resposta “não” foi dada por 48% de cada grupo. A resposta “às vezes” reuniu 21% dos que discordam e 19% dos que concordam. Logo, 33% dos que concordam e 30% dos que discordam afirmaram que “sim”.

**Tabela 32:** Sente medo de expressar sua opinião sobre segurança pública na favela com amigos e vizinhos?

	Total da Amostra		
n=	4.080	3.013	985
N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Não	48%	48%	48%
Às vezes	21%	21%	19%
Sim	31%	30%	33%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

## 27. Racismo e discriminação nas operações policiais

Com o objetivo de compreender como os moradores interpretam a atuação policial nos territórios, a pesquisa incluiu uma pergunta direta sobre a percepção de racismo nas operações policiais com confronto armado. Aos entrevistados, foi solicitado que indicassem se consideravam que havia racismo nessas ações.

Ao considerar as respostas “sim” ou “às vezes” de forma agregada, observa-se que 74% dos respondentes reconhecem, em algum grau, a presença de racismo nas operações policiais, enquanto 25% não identificam essa dimensão.

Entre os entrevistados que discordam das operações policiais com confronto armado, 80% consideram que há racismo. Porém, mesmo entre os que concordam, a percepção do racismo é majoritária, somando 60% deste grupo amostral.

Quando analisado o recorte de pessoas que se identificam como negras, a parcela com essa percepção aumenta. Neste grupo, a percepção agregada das respostas “sim” ou “às vezes” indica que 81% reconhecem a existência de racismo. E o mais interessante é que, entre os que concordam com as operações policiais, exclusivamente, 68% dos entrevistados reconheceram haver racismo. Entre os que discordam, sobe a 85%.

Esses dados indicam que o reconhecimento do racismo atravessa diferentes segmentos da população, e não só entre aqueles que discordam das operações policiais com confronto armado. A percepção de seletividade racial, portanto, não está restrita a um grupo específico, mas assume variações de intensidade conforme a experiência e o posicionamento dos sujeitos.

**Tabela 33:** Acha que há racismo no modo como são planejadas e realizadas as operações policiais nas favelas?

	Total da Amostra		
n=	4.080	3.013	985
N=	208.664	153.329	51.711
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Sim	61%	68%	44%
Às vezes	13%	12%	16%
Não	25%	19%	40%
Não respondeu	2%	1%	1%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**Tabela 34:** [somente pessoas que se sentem com identidade negra] Acha que há racismo no modo como são planejadas e realizadas as operações policiais nas favelas?

	Total da Amostra elegível		
n=	2.046	1.596	410
N=	101.108	78.370	21.095
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Sim	70%	75%	53%
Às vezes	11%	10%	15%
Não	18%	14%	31%
Não respondeu	1%	1%	1%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

## 27.1. Seletividade, desigualdade e experiência

Os resultados evidenciam que a crítica às operações policiais não se restringe aos seus efeitos imediatos, mas incorpora uma interpretação mais ampla sobre o modo como a ação policial se estrutura. A percepção de racismo aparece, nesse sentido, como elemento constitutivo da leitura dos moradores, indicando que essas operações são compreendidas como seletivas e atravessadas por desigualdades estruturais.

Essa leitura não se apresenta apenas no plano abstrato, mas é sustentada por experiências cotidianas, nas quais a diferença de tratamento, a suspeição e a exposição à violência são percebidas como desigualmente distribuídas.

*“A polícia não trata todo mundo igual, isso a gente vê todo dia.”*

*“Se fosse em outro lugar, não seria assim.”*

Ao mesmo tempo, as narrativas indicam que essa percepção se articula a uma leitura mais ampla sobre o lugar ocupado pelas operações nas políticas públicas, frequentemente associadas à substituição de respostas estruturais por ações de caráter violento e espetacularizado:

*“A favela não precisa de espetáculo da morte.”*

*“A guerra ocupa o lugar da política pública.”*

## 27.2. Ampliação da leitura: discriminação territorial e social

Para os 25% que responderam “não” haver racismo no modo como são planejadas e realizadas as operações policiais nas favelas, foi perguntado se percebem algum outro tipo de preconceito ou discriminação. Entre esses, 59,1% responderam que não percebem. Este contingente representa quase 15% da amostra e, se considerados somente os que discordam das operações policiais, somam 11%.

Por outro lado, pouco mais de 40% dos que não percebem racismo nas operações policiais admitiram que há outro tipo de discriminação ou preconceito – a maioria elegeu os moradores como alvo, seguido da classe social.

Independentemente de concordarem ou não com as operações policiais, quando questionados sobre outros tipos de discriminação associados às operações, esses entrevistados deslocam a leitura da violência para a condição territorial e social. Há, portanto, uma associação entre a exposição à violência e a condição de morador de favela, sem reconhecer nessa combinação a dimensão racial.

*“O morador paga uma conta que não é dele.”*

*“A favela fica entre a arma e o abandono.”*

Essas falas destacam a centralidade da condição territorial na experiência da violência e indicam que a seletividade da atuação policial é compreendida de forma interseccional, articulando raça, território e classe na produção desigual da exposição à violência.

**Tabela 35:** E percebe algum outro tipo de preconceito ou discriminação na atuação da polícia durante as operações nas favelas?

	Total da Amostra elegível		
n=	917	502	384
N=	51.274	29.405	20.437
Respostas	Total	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Não percebe	59,1%	55,6%	62,8%
Contra moradores	27,9%	30,8%	24,6%
Classe social	14,6%	17,0%	11,5%
Território	6,6%	7,9%	4,7%
Pessoas negras	5,9%	6,8%	5,1%
Jovens	4,5%	5,4%	3,4%
Homens	3,8%	3,6%	4,2%
Mulheres	1,5%	1,8%	1,3%
Pessoas LGBTQI+	0,9%	0,9%	0,9%
Outra resposta	0,3%	0,2%	0,4%
Sem informação	1,2%	0,8%	1,6%

Nota: Para aqueles que responderam "Não há racismo", foi perguntado se percebem outro tipo de preconceito ou discriminação na atuação da polícia durante as operações nas favelas. Houve quem citasse, neste quesito, que há preconceito contra "pessoas negras", embora, no anterior, tenha respondido que "não há racismo".





# Considerações finais

A leitura integrada dos resultados evidencia que a reprovação às operações policiais com confronto armado constitui um padrão estruturado e amplamente disseminado entre os moradores dos territórios pesquisados. Trata-se de uma discordância que atravessa diferentes segmentos sociais, sendo mais elevada entre jovens e pessoas pretas e pardas – grupos que se encontram mais expostos às dinâmicas da violência e às formas de atuação policial.

As operações não são eventos excepcionais, mas parte constitutiva do cotidiano nesses territórios. Sua vivência e seus impactos — especialmente a restrição de circulação, a exposição à violência e as violações de direitos – são praticamente universais e assumem um caráter recorrente e estruturante. Assim, essa discordância não está ancorada em opiniões construídas abstratamente, mas em experiências contínuas e territorialmente situadas.

Neste cenário, os resultados da pesquisa mostram um campo complexo nos posicionamentos dos moradores, no qual crítica e ambivalência coexistem. Isso se materializa, por exemplo, na existência de apoio condicional às operações, tensionado pelo contexto de insegurança e pela ausência de alternativas institucionais efetivas, sem expressar adesão plena ao modelo vigente. A ambivalência observada, portanto, não indica contradição, mas um produto da exposição aos impactos negativos e da busca por alguma forma de segurança.

Ao mesmo tempo, os resultados evidenciam que a atuação policial ocupa lugar central na produção do clima emocional dos territórios, marcado por medo, indignação e sensação de vulnerabilidade. A presença estatal, que deveria estar associada à proteção, é frequentemente percebida como fonte de risco, o que revela uma inflexão relevante na relação entre Estado e população nesses territórios.

O estudo aponta para uma crise de legitimidade das operações policiais como forma ordinária de intervenção nas favelas. Mais do que expressar opiniões, os posicionamentos dos moradores refletem modos de viver e lidar com a violência em contextos marcados por desigualdades estruturais, exposição contínua ao risco e restrições sistemáticas de direitos.

As violações reproduzidas nas operações policiais realizadas nas favelas são consequência de um modelo de política que não trata a Segurança Pública efetivamente como um direito humano. Deste modo, não há como superar a ineficaz reprodução dos combates bélicos, que transforma territórios de moradia em campos de batalha, resultando em medo, terror, traumas e mortes de cidadãos que ali habitam.

As operações policiais, tal como hoje se realizam, são percebidas menos como política de proteção e mais como forma de gestão violenta do território. A crítica que emerge dos resultados da pesquisa não se limita à discordância a práticas específicas, mas revela a fragilidade crescente da legitimidade dessa forma de presença estatal, indicando a urgência da revisão estrutural da política de Segurança Pública à luz das experiências concretas e das condições de vida dos moradores desses territórios.

Por essas razões, as organizações que produziram esse estudo – Redes da Maré, Frente Penha, Instituto Raízes em Movimento, Instituto Papo Reto, Fala Roça e A Rocinha Resiste – defendem que, mais do que a forma como as operações são conduzidas, é necessário mudar o paradigma que rege a política de Segurança Pública no Brasil e, sobretudo, no Estado do Rio de Janeiro.

\* \* \*

REALIZAÇÃO:



APOIO:





